

**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DIRETORIA DE ENSINO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Vanessa Andriéli Born

**EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE 2020 A 2025**

**Frederico Westphalen, RS
2025**

Vanessa Andriéli Born

**EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE 2020 A 2025**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
desenvolvido como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel(a) em
Administração** junto ao Instituto Federal
Farroupilha – *Campus* Frederico Westphalen.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique de Gois.

**Frederico Westphalen, RS
2025**

RESUMO

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE 2020 A 2025

Esse trabalho teve como objetivo revisar, por meio de pesquisa bibliográfica, a evolução das relações de trabalho no Brasil, com ênfase no que foi produzido de literatura no período de 2020 a 2025. A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório-descritivo e fundamentou-se na análise de produções acadêmicas extraídas da base de dados científicos Scielo. Através da metodologia de revisão sistemática da literatura, a pesquisa buscou compreender como as transformações históricas, políticas e socioeconômicas impactaram as formas de trabalho e a constituição do sujeito-trabalhador no contexto brasileiro. A fundamentação teórica baseia-se em autores como Albornoz (1992), Zucchetti (2005), Costa (2005) e Martins (2018) que discutem o trabalho como fenômeno histórico, social e cultural, e analisam o papel da legislação trabalhista, do Estado e das políticas públicas no processo de transformação das relações laborais. Também foram discutidos temas como a precarização, informalidade, flexibilização e novas formas de trabalho digital e autônomo, especialmente no contexto pós-pandemia. A pesquisa pretende contribuir para o campo da Administração ao oferecer uma leitura crítica e atualizada sobre as relações de trabalho no Brasil, relacionando teoria e prática social. A partir da revisão sistemática, observou-se que o período de 2020 a 2025 foi marcado pela aceleração da digitalização do trabalho, pela intensificação da precarização jurídica e socioeconômica e pelo impacto profundo da pandemia de COVID-19 na reorganização das dinâmicas produtivas e das condições de trabalho. Além disso, os resultados obtidos através da análise dos 25 artigos coletados da base de dados Scielo evidenciaram desigualdades estruturais persistentes de gênero, raça e território, que continuam a moldar o acesso, a permanência e as condições de trabalho no país. Conclui-se que as relações de trabalho no período analisado tornaram-se mais flexíveis, instáveis e individualizadas, enquanto o contexto socioeconômico revelou um Estado menos regulador e um mercado mais assimétrico.

Palavras-chave: Relações de Trabalho. Sujeito. Trabalhadores.

**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DIRETORIA DE ENSINO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**À Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o Projeto de Trabalho de
Conclusão de Curso**

Evolução das Relações de Trabalho no Brasil: uma revisão sistemática de 2020 a 2025

Elaborado por Vanessa Andriéli Born

**Como requisito parcial para obtenção do grau de
BACHARELA em ADMINISTRAÇÃO**

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
PEDRO HENRIQUE DE GOIS
Data: 09/12/2025 20:23:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Prof. Dr. Pedro Henrique de Gois
(PRESIDENTE/ORIENTADOR)**

**Prof.(a) Dr.(a) Ana Claudia da Rosa
(Instituto Federal Farroupilha)**

**Prof. Dra. Denise Espich
(Instituto Federal Farroupilha)**

**Frederico Westphalen, RS
2025**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Natureza da Pesquisa.....	36
Quadro 2 - Resumo do Processo de Coleta e Análise de Dados.....	39
Quadro 3 - Artigos encontrados aplicando os filtros de busca na base Scielo.....	41
Quadro 4 - Artigos desconsiderados para essa pesquisa.....	51
Quadro 5 – Síntese das relações entre mudanças socioeconômicas e as relações de trabalho (2020-2025).....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resultados na base de dados Scielo para o termo-chave “Relações de Trabalho” (período 2020-2025).....	40
Figura 2 - Nuvem de palavras mais recorrentes nos artigos pesquisados.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DEIP – Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda

IED – Investimentos Estrangeiros Diretos

PIA – Pesquisa Industrial Anual

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SESI – Serviço Social da Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

MPC – Propensão Marginal a Consumir

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	11
1.1.1 Objetivo geral.....	11
1.1.2 Objetivos específicos.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA	11
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 TRABALHO COMO CONCEITO: UMA BREVE HISTORIZAÇÃO	15
2.2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL	17
2.2.1 Consolidação das leis do trabalho (1937)	21
2.3 UMA ANÁLISE DE CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO PERÍODO 1988 A 2025	23
2.3.1 Governos e políticas trabalhistas	25
2.3.2 Contexto econômico e cenários de emprego/desemprego	27
2.4 O SUJEITO-TRABALHADOR QUE EMERGE DAS CONDIÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE TRABALHO	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	34
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	35
3.3 PROPOSTA METODOLÓGICA DE COLETA DE DADOS	36
3.4 PROPOSTA METODOLÓGICA DE ANÁLISE DE DADOS	37
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	40
4.1 UMA ANÁLISE DESCRITIVA DO ESTUDO DA TEMÁTICA ‘RELAÇÕES DE TRABALHO’ NO PERÍODO 2020-2025.....	40
4.2 RELAÇÕES ENTRE AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO 2020-2025	52
4.3 CARACTERÍSTICAS DO SUJEITO TRABALHADOR BRASILEIRO NO PERÍODO 2020-2025.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

Segundo, Albornoz (1992), existem inúmeras maneiras de apresentar o conjunto de ideias ocorridas historicamente e que ainda podem estar influenciando nossos preconceitos sobre o trabalho. Observando a história sabe-se que os gregos distinguiram o trabalho entre o esforço do trabalho na terra, a fabricação do artesanato que serve ao usuário, e a atividade livre do cidadão que discute os problemas da comunidade. Além do mais, o trabalho na lavoura, incluindo o esforço físico e a vida ao ar livre, gozava na antiguidade grega de prestígio e imagem semelhantes aos da atividade do guerreiro, sendo que no período helenístico passou a ser realizado por escravos, não mais pelos proprietários. Assim sendo, o conceito vivo do trabalho durante a história grega e a produção de múltiplos significados em torno deste conceito acompanha as relações sociais até o período contemporâneo analisado nesta pesquisa.

O pensamento antigo considerava menos o processo de fabricação do que o uso dos resultados alcançados. Existe, pois, para todo objeto fabricado, uma espécie de modelo que se impõe ao trabalho como uma norma em cada período histórico. Estes modelos não são invenções humanas que o trabalhador poderia criar ou modificar segundo o capricho de sua fantasia. Pelo contrário, o trabalhador, historicamente, deveria conformar-se tanto quanto possível aos modelos vigentes (ALBORNOZ, 1992, p. 45).

Diante disso, a proposta deste trabalho de conclusão de curso trata da construção de uma revisão bibliográfica acerca da evolução das diferentes formas e tipos de relações de trabalho, desde a redemocratização brasileira até o ano de 2025, ou seja, a partir da promulgação da Constituição de 1988 até as relações de trabalho na era digital e contemporânea. Quanto à lacuna de conhecimento proposto por essa pesquisa, pode-se observar a contribuição que a pesquisa pretende apresentar ao revisar como as relações de trabalho refletem as mudanças históricas expressas neste período.

As relações de trabalho podem ser caracterizadas como experiências que são abrangentes e mutáveis, tendo em vista que, historicamente, expressam experiências que associam os ambientes de trabalho e o modo como os trabalhadores se posicionam e respondem as demandas laborais. Sendo assim, a presente pesquisa buscou na literatura as evoluções, no Brasil, das relações de

trabalho dando maior ênfase as literaturas produzidas no período de 2020 a 2025. A escolha dessa linha temporal se justifica por se tratar de um período recente o qual passou por muitas mudanças nas formas de trabalho devido a pandemia de Covid-19 que exigiu um novo olhar sobre o contexto laboral e novas maneiras de atuar no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a pergunta central desse projeto buscou contribuir para a compreensão dos impactos que o mundo do trabalho gerou na vida dos trabalhadores a partir de mudanças legais, políticas econômicas e da própria configuração dos espaços de trabalho. A pesquisa buscou também relacionar à temática do trabalho a área da Administração, observando como diferentes ambientes produtivos foram caracterizados neste recorte temporal quanto às relações de trabalho e o modo como se produziram modos de existência neste percurso.

A escolha desta temática se justifica pela intenção de refletir sobre uma dimensão fundamental da vida em sociedade: o trabalho. As relações de trabalho apresentam múltiplas interfaces que impactam diretamente diversos aspectos da existência humana. Nesse sentido, torna-se relevante estudar essa temática, especialmente porque o trabalho tem se consolidado como um elemento central na configuração do modo de vida contemporâneo. Essa centralidade envolve implicações socioeconômicas e culturais que influenciam diretamente a constituição do sujeito enquanto ser social e trabalhador.

Esta pesquisa busca oferecer uma contribuição acadêmica ao aprofundar o debate sobre as relações de trabalho, tema amplamente discutido por pesquisadores, acadêmicos e estudantes da área. Conforme aponta Costa (2005), a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) resultou na redução de direitos trabalhistas e na intensificação da precarização das condições de trabalho. De modo geral, essa pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, com o intuito de sistematizar as principais mudanças na legislação trabalhista e seus impactos nas relações de trabalho no Brasil, destacando aspectos relevantes do processo histórico até as condições atuais do sujeito trabalhador.

Nessa perspectiva, a construção dessa pesquisa busca responder a seguinte questão: como ocorreu a evolução das relações de trabalho no Brasil conforme a literatura de administração no período 2020-2025?

1.1 OBJETIVOS

Nesse tópico são delimitados os objetivos, tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos, os quais serão o ponto crucial e o norteamento para o início do desenvolvimento dessa pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

1.1.1 Objetivo geral

Revisar como acontece a evolução das relações de trabalho no Brasil na literatura de administração no período 2020-2025, com base nos estudos publicados durante este período na base de dados Scielo.

1.1.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar as fontes bibliográficas sobre o tema ‘relações de trabalho’ que refletem sobre a evolução de estudo do tema no Brasil focando em literaturas produzidas no período de 2020 a 2025;
- 2) Descrever as mudanças/alterações no contexto socioeconômico do Brasil no período analisado;
- 3) Discutir como as interfaces entre as condições socioeconômicas e as relações de trabalho definem o ‘ser-sujeito trabalhador’ no período analisado;
- 4) Apontar, como se delineia o ‘ser-sujeito trabalhador’ no período de 2020-2025 no que se refere as relações de trabalho no campo da Administração no Brasil.

1.2 JUSTIFICATIVA

Essa temática foi escolhida pelo fato de procurar revisar uma dimensão da vida em sociedade (trabalho), tendo em vista que as relações de trabalho possuem várias interfaces que interferem na vida como um todo. Além disso, a escolha do período de 2020-2025 se justifica pelas marcantes mudanças ocasionadas pela pandemia de Covid-19 que alterou as configurações de trabalho, o que se tornou um marco histórico para toda sociedade. Dessa forma o período de 2020 é marcado pelo início da pandemia a qual se estendeu até 2022, e o período 2022-2025 traz as

consequências do pós-pandemia no contexto trabalhista algo extremamente interessante de ser pesquisado e analisado. Para isso, foi escolhido a base de dados Scielo para buscar os artigos publicados dentro desse período, tendo em vista que essa base de dados é bem completa e possui vários artigos publicados trazendo diversidade de contextos que puderam ser analisados na pesquisa. Por isso, nota-se que existe relevância no estudo do tema relações de trabalho, pois essa temática se tornou uma dimensão central no modo de vida contemporâneo e implica em diversos fatores socioeconômicos e culturais que afetam a construção do sujeito enquanto um ser trabalhador.

O projeto de pesquisa em questão foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Assim, a justificativa teórica desta pesquisa repousa em um esforço de sistematizar mudanças significativas na legislação e seus efeitos nas relações de trabalho no Brasil, de modo que se torne possível apresentar aspectos significativos deste processo histórico. Desse modo, esse trabalho contribuiu com um material atualizado acerca da evolução das relações de trabalho partindo da Constituição Federal de 1988 até as relações de trabalho no contexto atual, isto é, levando em consideração o trabalho digital, híbrido, *Home Office*, uberização, trabalho autônomo, trabalho informal, entre outros conceitos importantes para o estudo dessa temática.

A presente pesquisa pretende contribuir academicamente ao avançar na discussão das relações de trabalho desenvolvido por pesquisadores, acadêmicos e estudantes da área. De acordo com Costa (2005), a flexibilização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) acarretou perdas de direitos trabalhistas e em uma maior precarização das condições de trabalho. Diante disso, apontamentos como este indicam que existem diferentes dimensões que podem ser analisadas no decorrer desse levantamento bibliográfico. O autor argumenta que, ao longo das reformas institucionais, como as reformas trabalhista, previdenciária, tributária e das políticas sociais do Estado, o foco tem sido reafirmar os princípios do liberalismo, o que tem gerado impactos negativos para os trabalhadores em diversas partes do mundo.

Para o sociólogo Max Weber, o trabalho dignificava o homem, ou seja, que o trabalho era responsável por dar sentido à vida, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Portanto, o estudo das mudanças nas relações trabalho pretende evidenciar como tais mudanças se

articulam com aspectos sociais. Além disso, a pandemia do Covid-19, a partir de 2020, intensificou ainda mais as mudanças sociais e acarretou em várias mudanças no ambiente socioeconômico em um contexto de isolamento social, o que por sua vez, modificou a estrutura de trabalho pós-pandêmico, deu espaço a formas flexíveis e híbridas de forma mais ampla.

Conforme Rosa (2023), por meio de uma análise teórica e empírica em seu estudo pôde evidenciar os aspectos sociais do trabalho, destacando fatores como as mudanças políticas e econômicas ocorridas nos últimos 30 anos. Essas transformações teriam contribuído para o aprimoramento e expansão das formas de trabalho precário, o que resultou na informalidade como uma característica amplamente visível na sociedade. Desse modo, a temática informalidade é uma forma de trabalho informal que também será aprofundado na produção dessa revisão sistemática da literatura acerca das relações de trabalho.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro capítulo dessa pesquisa compreende a introdução, a apresentação do problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa para realização do projeto.

O segundo capítulo contextualiza o tema das relações de trabalho, buscando na literatura a interligação desta temática com os governos vigentes, o cenário econômico de diferentes períodos, as principais políticas trabalhistas implementadas e os impactos decorrentes na vida laboral dos indivíduos. Nesse sentido, o capítulo se inicia com uma breve contextualização histórica sobre o tema relações de trabalho no Brasil, abordando, em seguida, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os contextos socioeconômicos de determinados períodos e as configurações das relações contemporâneas de trabalho.

O terceiro capítulo aborda as referências metodológicas utilizadas para a construção da presente pesquisa de natureza bibliográfica, sistemática e documental. Diante disso, considerando o caráter qualitativo desse estudo, serão buscados artigos científicos, os quais serviram de base e fundamentação teórica, de modo a sustentar a elaboração de uma metodologia coerente e aplicável aos objetivos propostos para este projeto de pesquisa.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, começando pela explicação de como foi feita análise a coleta de dados e na sequência mostra-se em formato de tabela os artigos coletados na base de dados Scielo conforme os critérios de aplicação de filtros na aba de pesquisa disponível no site. Nesse capítulo é feita a análise dos artigos selecionados relacionando-os aos objetivos, problema de pesquisa e ao referencial teórico desse estudo. Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais e o fechamento da pesquisa, abordando as limitações enfrentadas durante o processo de construção e estudo da temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo aborda as pesquisas bibliográficas realizadas a respeito do tema central deste trabalho de conclusão de curso, revisando a literatura específica acerca das relações de trabalho. Diante disso, foram discutidos nos tópicos seguintes os conceitos de trabalho, trazendo uma breve historização, as relações de trabalho no Brasil, detalhando a consolidação das leis do trabalho de 1937 (CLT) e na sequência foi realizada uma análise do contexto socioeconômico do período de 1988 a 2025, revisando a bibliografia que trata sobre os governos e as políticas trabalhistas desse período, levando em consideração os cenários de emprego/desemprego e o contexto econômico. Também, serão descritas as condições contemporâneas de trabalho e de como emerge o sujeito-trabalhador dentro dessa perspectiva.

2.1 TRABALHO COMO CONCEITO: UMA BREVE HISTORIZAÇÃO

O trabalho humano conforme a obra “O Que é o Trabalho” de Suzana Albornoz (1992) é uma atividade determinada, transformadora e diversas vezes penosa, mas, contudo necessária. Além disso, a autora destaca que às vezes o trabalho pode estar carregado de emoção, lembrando dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Em outras vezes, remete mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. Nas palavras da autora o conceito de trabalho pode significar “o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas” (Albornoz, 1992, p. 8).

Segundo Motta e Vasconcelos (2006), os estudos sociotécnicos relacionados ao conceito de identidade social mostram como o ser humano constrói ativamente a sua identidade a partir do sentido que atribui à sua ação no ambiente de trabalho. Dessa forma, percebemos que o trabalho não é apenas uma fonte de renda para o indivíduo, mas também uma fonte de satisfação e realização pessoal, tendo em vista que o papel que o sujeito desempenha na organização empresarial surte efeitos em sua vida pessoal.

O conceito de trabalho inicialmente tem em seu entorno o paradigma de que é apenas uma fonte de renda, dado que para Maximiano (2012) um paradigma é um modelo/padrão que serve de marco de referência para ajudar as pessoas a entender e lidar com diferentes situações. Nesse sentido, quando o assunto é trabalho como comentado anteriormente tem-se uma crença de que é unicamente uma maneira de ser remunerado, no entanto, para o trabalhador historicamente o trabalho não foi apenas uma fonte salarial, isto é, o trabalho como sendo também uma forma de interação social, prosperidade, status, satisfação ou frustração.

De acordo com Zucchetti (2005), ao termo trabalho são atribuídos inúmeros significados, sendo às vezes, empregado de forma vaga e imprecisa. Além disso, a autora destaca que entre os significados, o trabalho é muito pronunciado pelo seu sentido de ausência enquanto mercado de trabalho, confundindo-se com o emprego e a sua falta. Dessa forma, são comuns ao conceito de trabalho múltiplas significações, seja como criação de uma obra, seja como labor ou como acarretadora de fadiga.

Assim sendo, o trabalho tem origens bíblicas, o qual na tradição cristã é compreendido como sendo uma consequência do pecado cometido por Adão e Eva, os primeiros seres humanos da terra. Nas palavras da autora:

Nesta mesma tradição, o trabalho é o castigo pelo pecado original, ou então pela transgressão de alguma proibição. Não é o ócio e o prazer, mas a atividade penosa que aumenta a glória de Deus. Adão e Eva são um exemplo. É com a Reforma Protestante que se vai dar um novo sentido ao trabalho, que passa a ser a chave da vida. Contudo, o bom trabalho, expressão aristotélica, será reservado a alguns poucos, embora todos devam trabalhar para que o produto do esforço de uns não seja cobiçado por outros (ZUCCHETTI, 2005, p. 10).

Considerando-se, desta forma, os primados dos valores e sua origem moral, o trabalho é associado como um valor moral humano. Um valor que está entre os tantos que recebemos da tradição greco-judaico-cristã e que, somados aos valores que se renovam na humanidade, está entre aqueles que nos unem e que nos permitem viver juntos. Falar do trabalho como valor significa, em última análise, falar do valor da vida, do bem comum e do dever ser, ampliando, desta forma, o seu conceito relacionado à sobrevivência, à questão da mercadoria e da alienação em seus sentidos sociológicos e econômicos (ZUCCHETTI, 2005, p. 12).

2.2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

Conforme Costa (2005), as relações de trabalho no Brasil sofreram transformações estruturais na economia brasileira no início da década de 1990, a partir da abertura comercial promovida pelo governo Fernando Collor de Mello e aprofundada durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, impactando significativamente o setor industrial. Tais mudanças representaram uma ruptura com a política de substituição de importações, que havia sustentado os principais programas de desenvolvimento nacional desde a década de 1930. A inserção mais intensa da economia brasileira no mercado internacional impôs às empresas industriais a necessidade de uma adaptação competitiva, desencadeando processos generalizados de reestruturação produtiva.

Esses processos se manifestaram no âmbito interno das organizações, por meio de estratégias como o fechamento de unidades fabris, a racionalização das plantas produtivas, a redução das hierarquias organizacionais, a concentração da produção em segmentos de maior rentabilidade, a intensificação da terceirização, a incorporação de tecnologias mais avançadas e a reorganização dos processos internos de trabalho. Desse modo, as medidas adotadas como resposta à nova lógica de mercado e à busca por maior competitividade, resultaram em um expressivo movimento de demissões em massa, marcando uma nova fase no relacionamento entre capital e trabalho no país (COSTA, 2005).

Segundo Bezerra (2019), no Brasil, a história do trabalho está profundamente associada ao passado colonial, oriundo de um sistema escravista, dominante até fins do século XIX, tendo em vista que as relações eram caracterizadas pela posse total não somente da força de trabalho, mas também do corpo e da vida dos escravos. No entanto, de acordo com a autora, apesar do fim da escravidão em 1888, isso não significou a integração dos libertos na sociedade.

Um marco importante na afirmação do trabalho no Brasil pode ser considerado o estabelecimento da Constituição de 1937, dado que ela cria novas diretrizes políticas, sociais e trabalhistas firmadas durante o Estado Novo (1937-1945). Antes mesmo, ainda em 1930, já havia sido criado o Ministério do Trabalho, que resultou por sua vez de outros processos, já em curso, de regulamentação e disciplinarização do trabalho. Com essa Constituição, confirmaram-se alguns dos direitos já fixados pela Constituição de 1934, tais como: salário-mínimo, férias anuais

e descanso semanal. Antes disso, a Lei de Sindicalização, de 1931, obrigava que os sindicatos, para serem reconhecidos e defenderem a categoria que representavam, deveriam filiar-se ao Ministério do Trabalho (BEZERRA, 2019, p.228).

De acordo com Martins (2018), a partir do advento da segunda geração dos direitos fundamentais, passou-se a exigir do Estado que este não se limitasse a uma posição absenteísta, de não violação de direitos, visando o efetivo cumprimento das ações positivas em favor dos cidadãos, materializando-se, assim, o princípio da igualdade substancial, a qual é uma característica marcante do Estado de Direito Social ou Estado do Bem-Estar Social.

Os direitos sociais são direitos fundamentais caracterizados como liberdades positivas, que estabelecem garantias materiais aos indivíduos, devendo ser “obrigatoriamente implementados pelo Estado para a concretização da igualdade social, com o desiderato de melhorar as condições de vida dos hipossuficientes, em especial, mediante a implementação de direitos e garantias aos trabalhadores” (MARTINS, 2018, p. 97).

Dessa maneira, percebe-se que para Martins (2018) os principais instrumentos para alcançar essa justiça social é a efetivação dos direitos dos trabalhadores, como salário digno, jornada justa, previdência, saúde, educação, entre outros. Portanto, para o autor o Estado tem a obrigação de implementar esses direitos, pois eles não são apenas declarações formais, mas compromissos concretos com a melhoria da vida da população, sobretudo dos que se encontram em situação de maior desvantagem econômica e social.

Conforme Campos (2015), as relações laborais, em uma economia capitalista e em uma sociedade de classes, são amplamente marcadas pela desigualdade essencial e intrínseca, a qual se evidencia no confronto de trabalhadores e capitalistas nos mercados laborais. Nesse sentido, a possibilidade de ao menos se conseguir a mitigação de tal desigualdade depende da instituição e do funcionamento de uma regulação do trabalho, podendo ser de natureza pública (estatal ou não estatal), direcionada aos direitos laborais e sociais dos trabalhadores tais como os que estão associados à previdência, à saúde, à assistência, etc.

Ao longo das décadas (e, principalmente, ao longo das de 1980, 1990 e 2000), a dinâmica dessa regulação do trabalho mostrou-se bastante oscilante no Brasil. Ora sinalizou o seu fortalecimento (quando se destacou seu caráter público, propriamente dito), ora apontou para sua fragilização (quando ganhou relevo a

regulação privada, exercida unilateralmente pelos próprios capitalistas). “Tal oscilação acompanhou a variação do modo de articulação entre os âmbitos da economia, do mercado de trabalho e da política” (CAMPOS, 2015, p. 23).

De acordo com Campos (2015) os desdobramentos desse processo de (re) democratização na configuração das relações de trabalho, além de compreender a natureza oscilante da regulação laboral no Brasil.

De toda forma, especificamente no âmbito da política, é importante ressaltar que, com o passar das décadas de 1980, 1990 e 2000, o processo de (re)democratização no Brasil avançou. Por um lado, isso significou mais e mais atores participando dos debates e das deliberações a respeito da regulação laboral – atores representativos do trabalho, do capital e do Estado, com posições díspares sobre essa regulação. Por outro lado, isso talvez aponte para a continuidade, no futuro, da dinâmica oscilante antes referida, que ora se traduziu em fortalecimento, ora em fragilização de tal regulação (CAMPOS, 2015, p. 24).

Para Mattoso (1998), no final do século passado, a partir do surgimento da empresa no modelo capitalista, se desenvolveu de forma exemplar nos Estados Unidos um padrão de produção em massa. Diante disso, a consolidação do padrão de desenvolvimento norte-americano no pós-guerra foi marcante e levado à internacionalização, ou seja, o modelo expandiu-se para outras partes do mundo, conformando distintos sistemas nacionais produtivos. Nesse sentido, o Brasil foi um dos países que no pós-guerra desenvolveu esse padrão de produção e realizou profundas mudanças tanto nos processos produtivos quanto nas relações de trabalho.

Além disso, Mattoso (1988) enfatiza que há dois lados na adesão ao sistema capitalista de produção. Por um lado, significativa a colaboração do Estado na construção de um padrão de financiamento da economia (via infraestrutura, financiamento privado e empresas estatais), além de ser importante na articulação das grandes empresas privadas multinacionais, privadas nacionais e estatais, que estavam na base da constituição do sistema produtivo nacional. No entanto, por outro lado, caracterizou-se também por ser capaz de favorecer o crescimento econômico, levando a constituição de uma economia industrial continental complexa, diversificada e integrada. Portanto, com a consolidação da indústria manufatureira como eixo dinâmico da economia nacional, ocorreu uma intensa urbanização e uma ampla geração de empregos.

No entanto, o intenso crescimento da economia nacional mostrou-se incapaz de, por si só, permitir que a maioria dos trabalhadores pudesse usufruir de aumentos significativos de poder de compra dos salários, mesmo quando tiveram acesso às ocupações de elevado nível de produtividade. Neste aspecto do desenvolvimento brasileiro pesaram sobremaneira os arranjos políticos e institucionais que sustentaram a ação do Estado. Este, nunca se propôs seriamente a favorecer a distribuição da renda ou criar as condições para que o progresso do país se orientasse na direção da satisfação das necessidades básicas do conjunto da população (MATTOSO, 1998).

Mattoso (1998) também aborda o contexto político e socioeconômico que engloba essa fase das relações de trabalho no Brasil, sendo assim, nas palavras do autor:

Destaca-se, em particular, a repressão política e sindical dos governos autoritários que se sucedeu desde o golpe militar de 1964 até o início dos anos 80. Dessa forma, este sistema produtivo, consolidado em meio a uma ditadura militar e sob características estruturais de atraso do Estado e da sociedade brasileira, constituiu-se tendo por base relações de trabalho autoritárias e mercado de trabalho heterogêneo e desigual, com intensa concentração da renda, da propriedade e do poder, e consideráveis desigualdades regionais (MATTOSO, 1998, p. 220).

O Brasil construiu, ao longo de várias décadas, uma ampla, complexa e diversificada estrutura produtiva, sem alcançar, contudo, níveis de homogeneidade no padrão de uso e remuneração da força de trabalho como os obtidos nos países capitalistas centrais. Talvez a melhor expressão do avanço do capitalismo industrial no Brasil seja justamente o registro de uma profunda heterogeneidade produtiva e do trabalho. Não obstante o intenso desenvolvimento das forças produtivas no país, não houve o pleno emprego, nem estruturação completa do mercado de trabalho ou ainda relações democráticas de trabalho (MATTOSO, 1998).

A permanência da ditadura militar por mais de duas décadas, do sistema autoritário de relações de trabalho e da abundância de trabalhadores excedentes no mercado de trabalho, aliados aos clássicos estrangulamentos do desenvolvimento em economias da periferia do capitalismo, impediram a conformação de uma sociedade de massa, com menor desigualdade de riqueza e poder (MATTOSO, 1998).

2.2.1 Consolidação das leis do trabalho (1937)

As conquistas dos trabalhadores estabelecidas na Constituição de 1937, as quais foram posteriormente garantidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foram fruto das lutas dos trabalhadores, da sua organização, das tensões contra o capital e o Estado. Nessa perspectiva, com a Constituição de 1937 no quesito Legislação Trabalhista, os trabalhadores perderam a pluralidade e autonomia sindical. Ademais, o direito de greve foi restringido, pois, esta passou a ser considerada pela Constituição como um recurso antissocial, nocivo ao trabalho, ao capital e aos interesses da Nação (ZANELATTO, 2023).

Nesse sentido, o contexto socioeconômico geral do início da década de 30 é retratado pela historiografia abordando o período dos quinze anos em que Getúlio Vargas esteve no poder em três momentos: 1) o primeiro, 1930 – 1934 conhecido como Governo Provisório (período em que Vargas governou sem uma Constituição); 2) o segundo, Governo Constitucional 1934 – 1937 (Curto período em que Vargas governou “respeitando” a Constituição promulgada em 1934); 3) o terceiro período, 1937 – 1945 (iniciado com o golpe de Estado, período mais autoritário, a sociedade brasileira foi governada sob a égide da Constituição outorgada em 1937), (ZANELATTO, 2023).

Para Bezerra (2019), a Consolidação das Leis do Trabalho, associada à propaganda governista, foi um dos elementos fundamentais para a construção da imagem de Getúlio Vargas como sendo o protetor dos pobres ficando conhecido pelo termo “o pai dos pobres” por ser defensor da classe trabalhadora. Nesse sentido, o esquema de propaganda e disseminação das ações do governo e também dos valores do trabalho era arquitetado nacionalmente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, por sua vez, comandava os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP).

Conforme Luz (2010), o contexto da década de 30 não era favorável em virtude dos reflexos causados pela crise de 1929. Dessa maneira, o Estado passou a dirigir o processo de industrialização e a coordenar politicamente os interesses distintos que se afirmavam ao longo desse processo, tudo como medida de resposta à crise provocada pela grande depressão. Além disso, foi nesse contexto que se

criaram as condições iniciais para o surgimento do Direito do Trabalho, o qual buscava a normatização das relações de trabalho oriundas do processo industrial.

A seguir, Luz (2010) contextualiza acerca da finalidade do trabalho para a vida humana:

O trabalho tem por finalidade fazer com que o homem se empenhe para obter os bens necessários à sua subsistência, eis que dela depende seu bem maior, que é a vida. Esta, por sua vez, não subsiste sem os bens essenciais à existência humana se não por meio do trabalho, que há de ser honesto e digno, para que não atente contra os interesses maiores, não só de sua sobrevivência como da coletividade. Logo, o direito do trabalho mostra-se eficaz como garantidor dos direitos sociais nas relações de trabalho da época e da atualidade brasileira, capaz de exigir a intervenção do Estado na sociedade e no mercado a fim de reduzir as desigualdades sociais e promover a justiça social em prol do Estado Democrático de Direito (LUZ, 2010, p. 269).

A Constituição de 1937 definiu a Justiça do Trabalho como sendo um organismo especial e autônomo destinado a dirimir conflitos entre empregados e empregadores regulados pela legislação social. Com base nesses dispositivos constitucionais, em 2 de maio de 1939 ela foi criada por meio do Decreto-Lei n.1237, nascendo como nós a conhecemos até ser extinta a representação classista e ampliada sua competência pela Emenda Constitucional n.45. Em 1940, novo regulamento alterou alguns aspectos, prevendo, ainda, sua instalação oficial para 1º de maio de 1941 (BIAVASCHI, 2016).

Portanto, a Justiça do Trabalho, prevista constitucionalmente em 1934, criada em 1939, regulamentada em 1940, foi oficialmente instalada em 1941. Em 1939, foram definidos suas atribuições e seus órgãos: as Juntas de Conciliação e Julgamento, os Conselhos Regionais do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho, futuro Tribunal Superior do Trabalho, para, no ano seguinte, ser regulamentada, com previsão de ser instalada em 1º de maio de 1941. Em 1946, com a estrutura pensada por Oliveira Viana, foi integrada ao Poder Judiciário (BIAVASCHI, 2016).

Nessa perspectiva para Biavaschi (2016) esse processo, ao longo do tempo, tanto a Justiça do Trabalho quanto a CLT enfrentaram forte resistência dos setores mais conservadores da sociedade, sendo constantemente ameaçadas, justamente por representarem barreiras ao avanço de um modelo de capitalismo livre de restrições. Afinal, são ‘pedras no sapato’ de parte da sociedade que quer eliminar os obstáculos ao livre trânsito de um capitalismo sem limitações.

2.3 UMA ANÁLISE DE CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO PERÍODO 1988 A 2025

Neste tópico foi pesquisado a literatura bibliográfica para cada um dos contextos socioeconômicos, analisando especificamente e enfatizando o período de 1988 a 2025. Assim sendo, de acordo com Beliero (2016), em 1988 apesar do cenário social e econômico cheio de conflitos e incertezas, o processo de transição da Ditadura Militar para a Democracia no Brasil foi bem-sucedido ao estabelecer um novo acordo entre o Estado e a sociedade, marcando o início da Nova República. Esse novo pacto foi consolidado na Constituição promulgada no dia 05 de outubro de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”.

Além de consagrar a democracia presidencialista e a separação de poderes como modelo de governo para o Brasil, a nova ordem constitucional pós-88 consagrou também um tipo de Estado social no Brasil, ou seja, uma ordem legal que impõe relevantes obrigações sociais ao Estado brasileiro nas áreas de saúde e educação como jamais observado nas constituições anteriores. Ao mesmo tempo em que se reconhece esse avanço na carta constitucional de 1988, de outro lado, o volume de obrigações sociais ao Estado também coloca desafios constantes às finanças públicas e a gestão dos recursos públicos (BELIERO, 2016).

De acordo com Serra (1982), na década de 80, existia na situação da economia brasileira um forte desequilíbrio estrutural com relação ao setor externo, o qual era caracterizado por compromissos financeiros de grande magnitude que retiravam graus de autonomia da política econômica doméstica, mas também freavam o crescimento da capacidade para importar. Assim sendo, o coeficiente de importações era muito reduzido, tornando difícil sua compressão no curto prazo e em um cenário de certo crescimento do PIB.

Além disso, podemos observar a seguir nas palavras do autor Serra (1982) o contexto da economia brasileira no início da década de 80:

Os problemas atuais da indústria brasileira parecem de natureza mais claramente estrutural do que de ineficiência microeconômica decorrente de uma pouca exposição à concorrência internacional. E não seria exagerado sustentar que também existe uma certa percepção, embora difusa, de que o potencial de desenvolvimento brasileiro é demasiado amplo para que o país se dê ao luxo de um experimento historicamente tão fora de lugar (SERRA, 1982, p. 401).

Não cabe menosprezar, no entanto, os efeitos sociais e políticos que uma recessão ou fase de estagnação prolongadas poderiam exercer no sentido de diminuir as resistências a uma alternativa ortodoxa em direção ao paradigma do “Sul do Cone”. O problema do balanço de pagamentos, por exemplo, na medida em que não se resolve mediante uma política recessiva, poderá induzir a um encadeamento sucessivo de concessões com o propósito de aliviar a gravidade do desequilíbrio externo, as quais tenderiam a reclamar um conjunto de políticas mais consistentes com o paradigma citado (SERRA, 1982, p. 402).

Dentro dessa perspectiva Serra (1982) propõe uma alternativa de política econômica heterodoxa, capaz de compatibilizar uma retomada do crescimento sustentado a médio e longo prazos com uma atenuação das desigualdades sociais, levando em consideração o contexto de um regime político em processo de abertura e de uma atuação econômica internacional adversa. Portanto, essa alternativa, além de expedientes de curto prazo, teria que passar necessariamente pelos seguintes processos:

Uma política cambial e, mais amplamente, uma política com relação ao setor externo que teria de estabelecer diques de proteção aos efeitos das perturbações na economia internacional, ao contrário do procedimento adotado no biênio 1980-1981. A definição de um conjunto consistente de frentes de expansão, capaz de permitir uma programação mais adequada do investimento público, um horizonte mínimo ao investimento privado e condições de negociação financeira internacional mais adequadas ao país. Uma política de “reservas” de desenvolvimento tecnológico em alguns ramos da atividade econômica, mais especificamente no setor de bens de capital, a qual possibilitará um melhor aproveitamento das economias externas derivadas desse processo, bem como a conquista de posições mais sólidas no comércio mundial. A realização de reformas nos sistemas tributário e financeiro, com o propósito tanto de sustentar a frente de investimentos quanto de conter os mecanismos de propagação inflacionária (SERRA, 1982, p. 402).

Segundo Haffner (2020), a economia brasileira passou por significativas mudanças estruturais no período das últimas três décadas. Diante disso, nos anos 2000, as relações sino-brasileiras se intensificaram devido aos interesses chineses no Brasil, pois se trabalhava com a hipótese de que essa relação intensificaria a desindustrialização nacional. Ademais, a formulação da política externa entre os anos de 2003 e 2015 foi uma estratégia utilizada para enfrentar a mudança estrutural no Brasil, mudanças às quais foram adotadas com o intuito de estimular o

setor industrial, porém, dada a complexidade do fenômeno, a mudança estrutural avançou.

A partir de 2010, a China ampliou sua relação com o Brasil para além das relações comerciais e começou a investir expressivamente na economia nacional por meio da realização de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Considerando que os principais interesses chineses, ao realizarem esses investimentos, são atender a sua necessidade por *commodities* e ter acesso ao mercado consumidor da América Latina, trabalha-se com a hipótese que esses investimentos irão reforçar a mudança estrutural da economia nacional (HAFFNER, 2020).

De modo geral, o que se observa é que os IED chineses, realizados no Brasil, visam internacionalizar as empresas chinesas e, assim, (I) dar acesso a elas ao grande mercado interno brasileiro e latino-americano e (II) estimular a produção dos produtos exportáveis que a China demanda, ou seja, basicamente *commodities*. Concomitantemente, a realização dos investimentos chineses no Brasil, a indústria de transformação brasileira vem diminuindo sua participação do PIB nacional (HAFFNER, 2020).

Segundo Mariano (2012), o mercado de trabalho corresponde ao total da oferta de mão de obra disponível na economia brasileira. Assim sendo, tanto o mercado de bens e de serviços quanto à força de trabalho são consideradas como importantes mercadorias e tem um preço, o qual é justamente o valor monetário do salário. Desse modo, no Brasil, principalmente a partir do fim dos anos 1980, verificou-se o aumento persistente nos indicadores de desemprego, seguido de debates acerca de qual seria o melhor método para aferir esse fenômeno.

2.3.1 Governos e políticas trabalhistas

Conforme Beliero (2016), os economistas como Bresser-Pereira, acreditavam que o modelo de política econômica adotado a partir de 1999, baseado no tripé formado por câmbio flutuante e livre, regime de metas de inflação e superávit primário das contas públicas ajudou a limitar o crescimento da economia e a melhoria na distribuição de renda. Apesar de ter sido alvo de diversas críticas, o modelo de política econômica adotado manteve-se praticamente inalterado ao longo do tempo, sendo amplamente reproduzido durante os governos Lula e Dilma.

Diante disso, a crise fiscal e financeira enfrentada pelo Estado gerou obstáculos significativos à sua capacidade de liderar estratégias de crescimento econômico e modernização produtiva. Esse cenário foi reforçado pela consolidação de uma hegemonia ideológica de orientação neoliberal, que contribuiu para a desvalorização do papel proativo do Estado na economia, restringindo suas atribuições à oferta de serviços públicos e sociais. Durante a década de 1990, prevaleceu uma percepção negativa do Estado, visto como símbolo de ineficiência e atraso histórico, enquanto o mercado passou a ser exaltado como representante da modernidade, da racionalidade impessoal e da eficiência econômica.

Lessa (2017 *apud* HAFFNER, 2020) ao analisar a política externa brasileira implementada no período 2003 a 2016, afirma que em função do crescimento da importância das *commodities* para a sua pauta de exportações, a economia brasileira também passou por retrocessos, como consequências naturais do crescimento do peso dos produtos primários, com uma desindustrialização progressiva. Além disso, essa reversão foi bastante criticada como um dos efeitos adversos do crescimento da importância da China no Brasil e, por consequência, na política externa dos governos do ciclo de esquerda.

No caso da Previdência Social, a resposta é a demografia. A Previdência Social é um sistema de benefícios definidos: os trabalhadores empregados atuais pagam impostos sobre salários que formam os fundos que beneficiam os aposentados atuais. Assim, a relação entre o número de trabalhadores pagando a Previdência Social e o número de aposentados recebendo benefícios tem um impacto importante nas finanças do sistema (WELLS, 2023).

A partir de uma visão Keynesiana, o crescimento do desemprego, ocorrido de modo mais acentuado ao longo dos anos 1990, não se deve necessariamente ao rigor da legislação trabalhista, pois a ampliação da proteção ao trabalhador é anterior a esse processo, nem é decorrente da baixa qualificação da mão de obra. Segundo os economistas aderentes a esta corrente teórica da economia, tem ocorrido, nos últimos anos, aumento da escolaridade, porém, há um grande número de pessoas com formação superior em situação de desemprego, ou seja, a ampliação dos anos de aprendizado escolar e acadêmico não provocou a diminuição dos níveis de desemprego. Esse acontecimento é justificado pelos neoclássicos por meio do questionamento acerca da qualidade do ensino convencional, afirmando

que as escolas de Ensino Médio e Superior não têm preparado os trabalhadores para o “novo” mercado de trabalho (MARIANO, 2012).

Segundo interpretação do Dieese (1999 *apud* MARIANO, 2012), a composição do salário do trabalhador corresponde à soma das seguintes parcelas: salário contratual (incluindo férias); salário adiado ou diferido, correspondendo ao 13º salário e à férias; salário recebido eventualmente, correspondendo a verbas rescisórias e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, de acordo com a avaliação dos empresários, o componente salarial diferido seria parcela integrante dos encargos sociais.

Dessa maneira, fariam parte do salário do trabalhador os seguintes itens: salário contratual; 13º salário, adicional de 1/3 de férias, FGTS e verbas rescisórias. Por outro lado, seriam considerados encargos sociais os seguintes itens: contribuição ao INSS; seguro de acidentes de trabalho; Serviço Social da Indústria (SESI) / Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) / Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (MARIANO, 2012).

O conjunto mencionado de direitos e garantias definidas pela legislação brasileira, desde a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, até o presente, sustentaram um conjunto de elementos que visaram subsidiar diretrizes mínimas para as relações de trabalho, mas que foram (e continuam sendo) algo de contraposições e disputas em um espaço de contínua tensão entre trabalhadores e empregadores.

2.3.2 Contexto econômico e cenários de emprego/desemprego

Beliero (2016) aborda que o afastamento do Estado da esfera econômica durante o governo Fernando Henrique Cardoso não resultou em um fortalecimento significativo de seu papel social. As políticas sociais implementadas, como o vale-gás e a bolsa-escola, tiveram caráter complementar e residual, apresentando impactos limitados na redução da pobreza e da desigualdade, os quais eram os objetivos centrais estabelecidos pela Constituição de 1988.

Dessa maneira, as restrições impostas pelo contexto fiscal, somadas à lógica do ajuste promovido, limitaram substancialmente a margem de manobra para a flexibilização da política econômica, bem como as possibilidades de expansão dos

gastos públicos e da oferta de benefícios sociais. Beliero (2016) também destaca a chegada de Lula em 2002 à Presidência da República, o qual adotou e aprofundou as medidas do tripé macroeconômico da estabilização, o que comprovou que a gestão petista na economia optou pela continuidade e não pela ruptura da política econômica anterior.

A elevação das taxas de juros para combater a inflação, medida clássica e altamente penosa para o setor produtivo e consumidores, foi adotada para conter a aceleração inflacionária, que vinha ocorrendo desde 2002, provocado pelo medo dos mercados e agentes econômicos com a eleição de Lula. Logo, as medidas fiscais e de economia de gastos nos três primeiros anos do governo Lula evidenciaram uma política econômica de continuidade com as medidas do tripé macroeconômico, uma continuidade conservadora e prudencializada, influenciada por um contexto de risco e incerteza econômica e política no ambiente da transição entre os dois governos. (BELIERO, 2016).

Bacha (2013 *apud* HAFFNER, 2020), ao estudar o período de 2005 a 2011, explica o encolhimento da indústria nacional como uma combinação do aumento dos preços das commodities e expressiva entrada de capitais estrangeiros, associado a uma conjuntura de pleno emprego, o que gera uma demanda por bens não comercializáveis (serviços). Esse processo deslocou mão-de-obra para o setor de serviços, desencadeando a desindustrialização e formas precárias de trabalho como ocupação da mão-de-obra residual.

Pastore (2013 *apud* HAFFNER, 2020), busca explicar as razões pelo não crescimento da indústria brasileira a partir de 2010. Para esse autor a estagnação da indústria é atribuída ao aumento do salário real acima da produtividade. Dessa forma, com o aumento da demanda por bens, especialmente serviços, houve um aumento da procura por mão-de-obra, pressionando assim os salários, o que representou um aumento dos custos de produção. Além disso, esse processo, associado à crise internacional, contribuiu para a paralisação da indústria. Assim, esses trabalhos atribuem ao pleno emprego e ao consequente aumento do preço da força de trabalho como preponderantes no processo de desindustrialização, deixando o fator cambial em segundo plano.

Conforme Haffner (2020), a expansão chinesa se manifesta pela realização de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Brasil. Nesse sentido, a autora aborda a influência que esses investimentos podem causar na mudança da estrutura

produtiva nacional e no padrão de comércio exterior brasileiro em curso nos últimos trinta anos. Diante disso, sabe-se que os IED chineses no Brasil intensificaram-se a partir de 2010, desse modo, trabalha-se com a hipótese de que a expansão chinesa não arrefecerá, colaborando para a intensificação do processo de desindustrialização em curso no Brasil. Ademais, isso tudo representa significativas consequências estruturais para a economia nacional, como, por exemplo, a reprimarização (revalorização de produtos primários) da pauta exportadora brasileira e dificuldades de geração de emprego e renda.

A complexidade que envolve a mudança estrutural da economia nacional, a qual é afetada por fatores de ordem interna como externa, o Governo adotou, por meio da política externa, medidas para estimular ambos os setores primário e industrial dentro de suas possibilidades. O resultado foi o avanço da desindustrialização e da reprimarização da pauta exportadora, o que indica certo encadeamento da economia brasileira e da política econômica e externa da chinesa (HAFFNER, 2020).

Além disso, trazendo a narrativa para um contexto mais atual, de acordo com Wells (2023) o ano de 2020 foi marcado pelo coronavírus, um vírus de disseminação rápida que em pouco tempo infectou milhões de pessoas em todo o mundo, em muitos casos exigindo semanas de tratamento intensivo e, em muitíssimos casos, revelando-se fatal. Desse modo, a pandemia também provocou efeitos devastadores na economia, levando ao declínio mais acentuado já registrado no emprego e na produção.

Pesquisas sobre consumo indicam que o trabalhador desempregado gastará, em média, uma proporção maior da sua renda disponível do que o faria, em média, alguém que recebe renda como dividendos. Isto é, pessoas desempregadas tendem a ter propensão marginal a consumir (MPC) mais alta do que pessoas que são donas de grande quantidade de ações, pois estas últimas tendem a ser mais ricas e poupar uma proporção maior de qualquer aumento de renda disponível (WELLS, 2023). Ao trabalhador, cabe usar o conjunto reduzido de recursos que pôde acumular – para uma pequena parcela – e, ao final deste uso, submeter-se as formas de trabalho disponíveis para atender as necessidades imediatas.

O conceito de desemprego do Dieese é mais abrangente, pois o trabalhador que realiza uma atividade precária e continua procurando trabalho é considerado desempregado. O critério desenvolvido por essa instituição também considera

desempregado aquele indivíduo que, durante um período longo (por exemplo, meses), não procurou emprego por motivo de desalento, mas continua desocupado. Até 2002, havia uma diferença entre os dois indicadores de desemprego no que se refere à caracterização da Pesquisa Industrial Anual (PIA). Para o IBGE, integravam a PIA pessoas com 15 anos ou mais, ao passo que, para o Dieese, pessoas com idade a partir dos 10 anos estavam incluídas (MARIANO, 2012).

2.4 O SUJEITO-TRABALHADOR QUE EMERGE DAS CONDIÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE TRABALHO

De acordo com Motta e Vasconcelos (2006), o processo de socialização pelo qual os indivíduos são introduzidos ao mundo e à sociedade, interpretando e incorporando em parte os seus padrões culturais, constituindo, os elementos básicos de sua personalidade. Dessa maneira, nota-se que as condições de trabalho nas quais o sujeito-trabalhador está inserido influenciam no comportamento social do indivíduo no ambiente laboral, visto que a socialização implica no movimento de internalização (incorporar padrões, regras e valores) e o movimento de externalização (exprimir e agir em sociedade com base no que é e acredita), causando, assim, influências ao mundo à sua volta e o modificando.

Nesse sentido, o artigo de Oliveira (2019) aborda que no final do século XX até o século XXI, houve em amplas perspectivas, um acelerado aumento tecnológico, como também o desencadeamento de várias crises mundiais e nacionais, como por exemplo a de 2008, sendo que essas crises são inerentes ao sistema capitalista, que, acabam por expandi-lo. No entanto, essa expansão tornou-se uma forma de agregar espaços ao seu território e, também, de forma a expandir sua perversidade. Logo, essa perversidade manifesta-se estruturalmente no modo de (re) produção do trabalho, que quando é precarizado, impulsiona o sistema capitalista.

Conforme Massi (2006), com o surgimento do termo “pós-industrial”, o qual indica um modelo inteiramente novo da sociedade, que se move sob o signo da conexão e da reintegração de trabalho e vida, casa e escritório, quantidade e qualidade, ética e negócio, bens e serviços. Dessa forma, o que caracteriza os parâmetros de referência da sociedade pós-industrial, os quais são constituídos pela

tecnologia eletrônica e pelo predomínio do trabalho intelectual, especialmente o do tipo criativo.

Massi (2006) aponta para o período pós-industrial uma epistemologia complexa e descontínua, enfatizando o predomínio das necessidades “fracas”, principalmente as de natureza estética, marcadas pelo subjetivismo, pela dimensão transnacional e pós-internacional dos problemas e das suas possíveis soluções e pela difusão de valores andróginos, além da constante recusa das ideologias. Além disso, essa nova forma de sociedade encaminhava-se para não ter operários, camponeses ou analfabetos.

Muitos empresários, funcionários e sindicalistas não conseguem se conscientizar das grandes mudanças em curso e continuam agindo segundo modalidades próprias da passada fase industrial. O computador, com os seus terminais, substitui o sistema nervoso empresarial, antes assegurado pelas comunicações escritas e orais, e substitui uma parte das atividades de decisão, fornecendo as informações e muitos critérios indispensáveis para tomar decisões. O robô, com os seus braços, os seus olhos, substitui a força muscular, os trabalhos nocivos e enfadonhos (MASSI, 2006, p. 224).

Em tempos atuais, o direito do trabalho conta além da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com os princípios definidos na Constituição Federal de 1988, em especial em seu art. 7º, nos seus vários incisos, onde trata do trabalho sob regime de emprego, pelo fato de esta ter sido a maior preocupação do legislador no momento em que analisa o trabalho, sob o aspecto em que o trabalhador empresta seu esforço físico, ou intelectual, ao poder econômico, devendo haver, nessa desigualdade de forças, um equilíbrio de ordem legal (LUZ, 2010).

Além disso, Luz (2010), acredita que esse olhar sobre o trabalho, citado no parágrafo anterior, deve ser ampliado para além das relações de emprego e suas respectivas garantias, tendo em vista que toda espécie de trabalho merece tratamento jurídico adequado, pois o que está em jogo é o direito ao trabalho, o que vai muito além do direito do trabalho em si, o qual só ampara legalmente aquele que possui vínculo empregatício.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Pereira (2018), desde o seu nascimento o homem interage com a natureza e os objetos ao seu alcance, observando as relações sociais e culturais no meio em que vive. E é através dessa observação e da sua interação com as pessoas e os objetos que o homem adquire conhecimento. Além disso, o conhecimento, dependendo da forma pela qual é representado, pode ser classificado de popular (senso comum), teológico, mítico, filosófico e científico.

O conhecimento como forma de sistematização de saberes, mais ou menos complexos, é resultado de fluxos e refluxos que ocorrem com base na idealização, pensamento, memorização, reflexão e criação, os quais acontecem com maior ou menor intensidade, acompanhando parâmetros cronológicos e de consciência do refletido e do irrefletido. É importante frisar que o conhecimento, como ato de conhecer, existe como forma de solução de problemas próprios e comuns à vida (PEREIRA, 2018).

Pereira (2018) divide os tipos de conhecimento em: conhecimento empírico, conhecimento filosófico, conhecimento científico e conhecimento teológico. Sendo assim, o conhecimento vulgar/ popular é o modo comum, corrente e espontâneo de conhecer, que se adquire no trato direto com as coisas e os seres humanos. Desse modo, o conhecimento popular é subjetivo e próprio do sujeito que organiza suas experiências e conhecimentos, além de ser assistemático, isto é, a organização da experiência não visa a uma sistematização das ideias, nem da forma de adquiri-las nem na tentativa de validá-las.

Já o conhecimento filosófico tem como características: Valorativo, ou seja, seu ponto de partida consiste em hipóteses, que não poderão ser submetidas à observação. Essas hipóteses filosóficas baseiam-se na experiência e não na experimentação, visto que são não verificáveis e os enunciados das hipóteses filosóficas não podem ser confirmados nem refutados. Nesse sentido o conhecimento filosófico consiste em um conjunto de enunciados logicamente correlacionados, sendo sistemático e suas hipóteses e enunciados visam a uma representação coerente da realidade estudada, em uma tentativa de apreendê-la em sua totalidade (PEREIRA, 2018, p.17).

Enquanto isso, o conhecimento teológico apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas, valorativas, por terem sido reveladas pelo sobrenatural. É um

conhecimento sistemático do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino. Suas evidências não são verificadas. O conhecimento religioso ou teológico parte do princípio de que as verdades tratadas são infalíveis e indiscutíveis, por consistirem em revelações da divindade, do sobrenatural (PEREIRA, 2018, p.18).

Por fim, o conhecimento científico, o qual é o tipo de conhecimento base para a construção do presente TCC. Nessa perspectiva, segundo Pereira (2018), o conhecimento científico tem como características ser real, factual, lida com ocorrências, fatos, isto é, toda forma de existência que se manifesta de algum modo. Também tem natureza contingente onde suas proposições ou hipóteses têm a sua veracidade ou falsidade conhecida através da experimentação e não pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico.

Ademais, o conhecimento científico é sistemático que busca o saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos, sendo possível ser verificado e as hipóteses que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Além de tudo, trata-se de um conhecimento aproximadamente exato, na qual as novas proposições e o desenvolvimento de novas técnicas podem reformular o acervo de teoria existente (PEREIRA, 2018, p. 18).

Gil (2002) aborda em seu livro “Como Elaborar Projetos de Pesquisa” como se deve organizar e redigir a metodologia científica do projeto de pesquisa o qual está sendo construído. Diante disso, para o autor a metodologia científica descreve os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa, tendo em vista que a forma de organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa. Logo, requer-se a apresentação de informações sobre o tipo de pesquisa, quais seriam a população e amostra, como será feita a coleta de dados e posteriormente a análise de dados.

Nas pesquisas normalmente há definição da natureza (qualitativa, quantitativa ou mista) e finalidade da investigação (exploratória, descritiva ou explicativa). Convém, ainda, esclarecer acerca do tipo de delineamento a ser adotado (pesquisa experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa bibliográfica etc.).

No caso de estudos de natureza qualitativa, a pesquisa pode se basear em instrumentos ou técnicas de coletas de dados como entrevistas ou de observação podem incluir instrumentos como roteiros a serem seguidos para guiar a

investigação. Já a análise dos dados envolve a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para análise quantitativa quanto qualitativa (GIL, 2002, p. 163).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

No que tange ao campo de pesquisa escolhido para caracterizar a unidade de análise dessa pesquisa pela literatura acadêmica produzida sobre a evolução do conceito de trabalho no período 2020-2025, obtida a partir da base de dados científicos Scielo, composta por artigos que abordam acerca do tema central dessa pesquisa, sua organização e análise.

Desse modo, por meio da busca de referências específicas foi composta uma base de dados em forma de planilha no Google planilhas para permitir a análise e sintetização das mudanças na forma como ocorreu à evolução das relações de trabalho no período analisado, focando no período pós-redemocratização e em artigos atuais publicados entre 2020 e 2025, ou seja, período pós-pandemia.

A identificação da unidade de análise dessa pesquisa foi proposta como forma de acompanhar o tratamento acadêmico/científico da temática central desse projeto. A proposta de pesquisa partiu da curiosidade em descobrir sobre como as relações de trabalho refletem mudanças sociais amplas e como isso foi registrado na literatura científica da Administração e áreas correlatas. No decorrer do ano de 2025 a coleta de dados foi composta a base de dados e posteriormente foi realizada a análise de dados podendo assim inferir e chegar a conclusões relacionadas com o tema do TCC.

Assim sendo, o foco do presente trabalho esteve na revisão crítica de como a produção científica representa o trabalhador compreendido aqui como “ser-sujeito-trabalhador” e como ela reflete as transformações históricas, políticas e econômicas que impactaram as formas de trabalho no país, sendo que o recorte temporal inicia-se na redemocratização, por ser um marco político que influencia diretamente as políticas trabalhistas e o modelo de gestão das organizações. Com isso, buscou-se compreender quais discursos dominam a narrativa administrativa sobre o trabalhador e de que maneira esses discursos revelam (ou silenciam) aspectos das condições de trabalho entre os anos de 2020 a 2025.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A natureza dessa pesquisa é qualitativa, a qual busca atribuir valor individual no que diz respeito às percepções do sujeito-trabalhador em relação aos fatos que marcaram a evolução das relações trabalhistas e a influência de tais acontecimentos na construção de sua identidade enquanto ser-sujeito-trabalhador (Collis; Hussey, 2005). O projeto de pesquisa foi desenvolvido a partir da busca na literatura pré-existente e revisão bibliográfica, ou seja, a partir de dados secundários extraídos de fontes bibliográficas e bases de dados científicos (Jeffery et. al, 2016).

A finalidade da pesquisa em questão caracterizou-se como descritivo-exploratória, tendo em vista que procurou revisar a literatura e sintetizar as informações sobre a evolução das relações de trabalho desde a promulgação da Constituição de 1988 até o presente (2025), de modo que o documento final do TCC seja acessível ao público em geral, especialmente para acadêmicos, docentes e pesquisadores (Michel, 2015).

Para a elaboração da proposta central deste TCC foram empregadas técnicas específicas para a coleta de dados de forma apropriada, visando atender ao problema de pesquisa. Desse modo, o meio adotado foi o seguinte: levantamento da literatura (pesquisa bibliográfica) em formato de artigos científicos na base de dados Scielo, considerando apenas artigos publicados no ano de 2020 a 2025 e conforme os filtros delineados na proposta metodológica dessa pesquisa.

A análise dos dados qualitativos dessa pesquisa buscou sintetizar os estudos que tratam a respeito das evoluções das relações de trabalho, visto que o objetivo era realizar uma revisão de literatura bibliográfica dos livros, artigos e trabalhos acadêmicos já existentes no que se refere a esse tema. Assim sendo, a análise dos dados se resume à qualitativa, a qual foi desenvolvida a partir de análise de conteúdo de dados secundários pré-existentes, com o intuito de resumir e condensar em um único documento acadêmico as informações a respeito das relações trabalhistas entre os anos de 2020 a 2025, buscando responder o problema de pesquisa inicial. Portanto, essa técnica de análise de conteúdo foi utilizada como meio principal de coleta para a análise de dados da presente pesquisa, análise a qual está detalhada no decorrer do capítulo 4 desse TCC.

A tabela abaixo traz uma síntese na organização metodológica da pesquisa:

Quadro 1 - Natureza da Pesquisa

Natureza da Pesquisa:	Qualitativa.
Dados Secundários:	Obtidos em bases de dados científicos.
Finalidade:	Exploratório-Descritiva.
Meios/Coleta de Dados:	Coleta de bibliográficas vinculadas ao tema, organizando-as em tabela.
Análise de Dados:	Relacionar o problema de pesquisa com as literaturas selecionadas.
Data da Coleta de Dados:	Outubro de 2025
Base de Dados:	Scielo
Número de Artigos Encontrados:	29

Fonte: Autoria Própria, 2025.

A seguir estão detalhados os processos de coleta e análise de dados realizados na presente pesquisa.

3.3 PROPOSTA METODOLÓGICA DE COLETA DE DADOS

De acordo com Triviños (1987), a coleta e a análise de dados são tão vitais na pesquisa qualitativa, talvez mais que na investigação tradicional, pela implicância nelas do investigador, que precisam de enfoques aprofundados, tendo presente o seu processo unitário e integral. Além disso, o autor diz que não poderíamos afirmar categoricamente que os instrumentos que se usam para realizar a coleta de dados são diferentes na pesquisa qualitativa daqueles que são empregados na investigação quantitativa, pois os questionários, entrevistas, etc. são meios "neutros" que adquirem vida definida quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria.

Para essa pesquisa foi elaborado um plano metodológico e sistemático de modo que a coleta de dados estivesse padronizada, com uma lógica sequencial e compreensível, para isso produziu-se uma síntese analítica a partir de estudos produzidos na área administração e relações de trabalho. Desse modo, os dados foram coletados exclusivamente de uma das principais bases de dados, a Scielo, tendo em vista que ela possui uma vasta gama de produções científicas, possuindo ferramentas que auxiliam nas buscas, além de ser confiável e de acesso público.

A palavra-chave de referência para pesquisa foi: “Relações de Trabalho”. Na base de dados da Scielo foi buscado pela palavra/termo “Relações de Trabalho” selecionando o período dos últimos 5 anos, ou seja, incluindo o filtro “2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025”. A partir disso os dados foram organizados em planilha

para posterior análise e vinculação das teorias encontradas nas pesquisas bibliográficas, ou seja, que estão na literatura e que fundamentam a hipótese de pesquisa deste TCC.

Portanto, os dados foram organizados e interpretados conforme a relevância que o conteúdo do artigo extraído da base de dados tem para potencialmente responder a hipótese norteadora do projeto de pesquisa. Conforme Galvão (2019), os documentos encontrados nas bases de dados podem ser incluídos em softwares específicos para a gestão de referências bibliográficas, o que facilitou a identificação de documentos duplicados e a gestão dos documentos que serão revistos posteriormente para o desenvolvimento da problemática.

A partir da pesquisa os dados foram organizados em uma tabela contendo os indicadores gerais da pesquisa, contendo título, autoria, revista da publicação e resumo, a partir do que será feita análise prévia para seleção e análise aprofundada de artigos que tenham relação direta com a perspectiva de evolução e mudança histórica, conforme o problema de pesquisa proposto.

3.4 PROPOSTA METODOLÓGICA DE ANÁLISE DE DADOS

Conforme Gil (2002) entre os vários itens de natureza metodológica, o que apresenta maior carência de sistematização é o referente à análise e interpretação dos dados. Para REIS (2000, p. 5), a organização dos dados em relação ao problema de investigação envolve o estabelecimento de categorias, a codificação e a tabulação. Para o autor a análise de dados corresponde à procura do sentido, interpretação do significado das respostas e dos dados coletados.

Para Galvão (2014), o delineamento de pesquisa do tipo revisão sistemática da literatura, trata-se de um tipo de investigação focada em questões bem definidas, que visam identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis acerca de determinado tema. Além disso, as revisões que podemos considerar como sistemáticas começaram a aparecer a partir da década de 1950.

As revisões sistemáticas devem ser abrangentes e não tendenciosas na sua preparação. Os critérios adotados são divulgados de modo que outros pesquisadores possam repetir o procedimento. Revisões sistemáticas de boa qualidade são consideradas o melhor nível de evidência para tomadas de decisão. Por seguir um método científico explícito e apresentar resultado novo, a revisão

sistemática é classificada como contribuição original na maioria das revistas de pesquisa clínica (GALVÃO, 2014, p.183).

Segundo Galvão (2014), as revisões sistemáticas diferem-se das revisões narrativas e tradicionais, as quais são amplas e trazem informações gerais sobre o tema em questão, sendo mais comuns em livros e textos. Ademais, as revisões sistemáticas também se distinguem das revisões integrativas, nas quais se utilizam diferentes delineamentos na mesma investigação, além de expressarem a opinião do próprio autor.

Galvão (2014) define o significado e caracterização de uma pesquisa de natureza qualitativa e sistemática, apoiada na revisão bibliográfica e de literatura. A seguir podemos observar isso tudo nas próprias palavras do autor:

As revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados. Entende-se por estudos primários os artigos científicos que relatam os resultados de pesquisa em primeira mão. São mais frequentes as revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados. No entanto, há número crescente de revisões preparadas com base em investigações observacionais, como as de coorte, de caso-controle, transversal, série e relato de casos. Outros delineamentos utilizados são os estudos de avaliação econômica e os qualitativos. Quando se verifica que os estudos primários incluídos em revisão sistemática seguem procedimentos homogêneos, os seus resultados são combinados, utilizando-se técnicas de metanálise (GALVÃO, 2014, p.183).

De acordo com Galvão (2019), a revisão sistemática da literatura é uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e encontrar alguma lógica a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona em um dado contexto. Dessa maneira, o autor delimita que a pesquisa pautada em revisão sistemática de literatura está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo.

Para o uso das bases de dados bibliográficos, é necessária a montagem de uma estratégia de busca que envolve um conjunto de procedimentos e mecanismos tecnológicos existentes para localizar a informação. Grosso modo, uma base de dados possui formulários simples e formulários avançados de buscas. Os avançados permitem a busca de informação por todos os campos da base de dados ou por campos específicos, como título do documento, resumo do documento, autor,

assunto do documento, periódico no qual o documento foi publicado, data de publicação, país de publicação, idioma de publicação, tipo de publicação (livro, anais de eventos, artigos de periódicos, teses e dissertações, normas, imagens, filmes etc.), e disponibilidade (acesso livre, acesso restrito etc.) (GALVÃO, 2019).

O quadro a seguir apresenta uma síntese da proposta de organização, coleta e análise dos dados, fundamentada na técnica de análise sistemática, conforme os pressupostos metodológicos delineados por Triviños (1987), Gil (2002), Galvão (2014), Galvão (2019) e Reis (2000), autores abordados anteriormente.

Quadro 2 - Resumo do Processo de Coleta e Análise de Dados

Definição das Palavras-Chaves:	Seleção dos termos “Trabalho” e “Relações de Trabalho” nas bases Scielo, Spell e Portal de Periódicos CAPES, aplicando filtros específicos (índices, título do documento, tipo de material).
Busca Sistemática e Padronizada nas Bases:	Realização da busca utilizando formulários simples ou avançados, conforme cada base. Garantia de reprodutibilidade por meio do registro dos critérios utilizados.
Registro e Organização Inicial dos Dados:	Inserção dos resultados em planilhas, contendo: título, autoria, revista da publicação, ano e resumo.
Aplicação de Critérios de Inclusão e Exclusão:	Estabelecimento de critérios claros (relação com o problema de pesquisa, pertinência temática, recorte temporal, idioma, etc.). Exclusão dos que não atendem.
Codificação e Categorização:	Identificação de temas centrais, categorias analíticas e padrões de significado com base nos objetivos da pesquisa.
Análise e Interpretação dos Dados:	Interpretação dos dados com base em pressupostos teóricos e relação com a hipótese da pesquisa. Busca de sentidos e padrões.
Síntese dos Resultados:	Consolidação dos dados em tabelas, gráficos ou mapas conceituais. Apresentação dos principais achados em relação à evolução e mudança histórica nas relações de trabalho.

Fonte: Autoria Própria.

Dessa forma, as descrições metodológicas apresentadas mostraram os caminhos e métodos seguidos nessa pesquisa. Elas serviram de base para analisar os dados coletados e ajudaram a investigar, de forma organizada, cada um dos objetivos específicos do trabalho. Assim sendo, a metodologia orientou e norteou como os dados seriam utilizados para responder às perguntas e temas definidos nos objetivos ao longo do desenvolvimento do trabalho.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo serão apresentados os resultados e as respectivas análises referentes à revisão bibliográfica acerca da evolução das relações de trabalho no Brasil.

4.1 UMA ANÁLISE DESCRITIVA DO ESTUDO DA TEMÁTICA ‘RELAÇÕES DE TRABALHO’ NO PERÍODO 2020-2025

No período de 2020 até 2025 a pesquisa por artigos na literatura científica da administração que abordam acerca das relações de trabalho no Brasil trouxe resultados amplos, indicando atenção de diferentes áreas quanto a produção no que tange ao tema. A construção da base de dados considerou o termo-chave “relações de trabalho” como referência para pesquisa na base de dados científicos Scielo. Foi aplicado, em um primeiro momento, o filtro “título” e, na sequência, foi aplicado também o filtro “resumo” e os resultados de busca indicaram 29 artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, considerando as publicações realizadas até o dia 12 de outubro de 2025 e apenas artigos que estão no idioma português.

Na figura 1 abaixo, os artigos selecionados são apresentados a partir da página principal de informação de critérios e dos resultados gerados a partir da busca, os consideram exclusivamente os resultados no idioma do português e que foram objeto de análise na presente pesquisa.

Figura 1 - Resultados na base de dados Scielo para o termo-chave “Relações de Trabalho” (período 2020-2025).



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para fins de organização das análises foram observados atentamente os títulos e os resumos de cada artigo selecionado na base de dados Scielo, de modo a identificar os trabalhos com relação objetiva com a temática do trabalho (mudanças nas relações de trabalho) e se esta aparece de forma explícita e consistente na apresentação inicial dos trabalhos. Assim, a análise não se limita a uma mera enumeração de publicações, mas busca destacar e discutir de maneira mais aprofundada aqueles trabalhos em que a problematização das relações de trabalho se apresenta como eixo central, garantindo que recebam um espaço específico na reflexão, permitindo uma abordagem direcionada e crítica, buscando relacionar as análises com os objetivos deste trabalho.

O quadro a seguir traz de forma organizada os trabalhos destacando o título, a autoria, principais aspectos abordados na apresentação do trabalho, o ano de publicação e a referência para cada um dos artigos selecionados para essa pesquisa.

Quadro 3 - Artigos encontrados aplicando os filtros de busca na base Scielo.

	Título do Artigo	Autoria	Aspectos Principais	Ano	Referência
1	Regimes de visibilidade e poder das plataformas digitais nas relações de trabalho: uma análise a partir do trabalho imaterial de influenciadores digitais.	Caio Afonso Borges.	Analisa como as plataformas digitais estruturam mecanismos de controle sobre o trabalho imaterial dos influenciadores digitais, configurando novas formas de exploração no capitalismo contemporâneo.	2025	BORGES, Caio Afonso. Regimes de visibilidade e poder das plataformas digitais nas relações de trabalho: uma análise a partir do trabalho imaterial de influenciadores digitais. Revista Direito e Práxis , Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1–31, 2025. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rdp/a/V7KgCD34D456kxWFX3MsCzL/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 5 out. 2025.
2	Gig economy, capitalismo de vigilância e as relações de trabalho no Brasil.	Vanessa Lacerda, Rejane Prevot e Renan Moura.	Analisa como as transformações tecnológicas da Quarta Revolução Industrial têm redefinido as relações de trabalho, especialmente	2025	LACERDA, Vanessa; PREVOT, Rejane ; MOURA, Renan. Gig economy, capitalismo de vigilância e as relações de trabalho no Brasil. Cadernos Metrópole , v. 27, n. 64, 2025. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/c

			com o avanço da Gig Economy e da uberização.		m/a/3FdsXgncmRTQQ5vr rhZLH5H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2025.
3	Modos de sujeição profissional: uma análise sobre as relações trabalho no campo da inovação.	Ana Carolina Assis Sampaio e André Luiz Maranhão de Souza Leão.	Investiga, com base na teoria foucaultiana, como os profissionais da inovação, especialmente das áreas de tecnologia da informação e economia criativa, se submetem às dinâmicas de poder e controle presentes em seus ambientes laborais.	2025	SAMPAIO, ANA CAROLINA ASSIS ; LEÃO, ANDRÉ LUIZ MARANHÃO DE SOUZA. Modos de sujeição profissional: uma análise sobre as relações de trabalho no campo da inovação. Cadernos EBAPE.BR , v. 23, n. 1, 2025. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cebape/a/GfyNZqDKgwnd sH8nvQx4ssb/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 5 out. 2025.
4	Impacto das novas relações de trabalho na saúde mental na Paraíba: análise das notificações.	Brenda Feitosa Lopes Machado, Danielle Victor Fernandes, Nathalia Dantas Claudino do Nascimento, <i>et al.</i>	Investiga como as transformações recentes no mundo do trabalho, como a flexibilização das jornadas, a informalidade, a pressão por produtividade e a precarização das condições laborais têm contribuído para o aumento dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho.	2025	MACHADO, Brenda Feitosa Lopes; FERNANDES, Danielle Victor; NASCIMENTO, Nathalia Dantas Claudino do; <i>et al.</i> Impacto das novas relações de trabalho na saúde mental na Paraíba: análise das notificações. Saúde em Debate , v. 49, n. spe2, 2025. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sdeb/a/cxM4wHbSvcrTMFzMt5sMwqJ/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.
5	A fadiga no trabalho: uma análise histórica das relações de trabalho.	Helder Matheus Alves Fernandes, José Jackson Coelho Sampaio e Zilda Maria Menezes Lima.	O artigo mostra como a fadiga passou de um sinal de virtude na Idade Média para um problema a ser combatido no capitalismo moderno, revelando o modo como o cansaço físico e psíquico foi naturalizado e invisibilizado nas relações laborais.	2025	FERNANDES, Helder Matheus Alves; SAMPAIO, José Jackson Coelho ; LIMA, Zilda Maria Menezes. A fadiga no trabalho: uma análise histórica das relações de trabalho. Saúde em Debate , v. 49, n. spe2, 2025. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Gv6qwTrhqGRHBd CBT6CPHgR/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.

6	Relações de trabalho e a construção de políticas públicas para acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho.	Maria Luísa Corrêa Muniz, Lilian de Fatima Zanoni Nogueira, Mayara Evangelista de Andrade, <i>et al.</i>	Analisa as barreiras estruturais, sociais e institucionais que dificultam a inserção e a permanência de pessoas trans no mercado de trabalho formal, propondo caminhos para uma inclusão efetiva e sustentável.	2025	MUNIZ, Maria Luísa Corrêa; NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni; ANDRADE, Mayara Evangelista de; <i>et al.</i> Relações de trabalho e a construção de políticas públicas para acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho. Saúde em Debate , v. 49, n. spe2, 2025. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FTymZWgYyHcNhpQ5px68yJm/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.
7	Gênero e relações de trabalho: por uma nova agenda de pesquisa.	Hélio Arthur Reis Irigaray e Fabricio Stocker.	Propõe uma revisão crítica dos estudos sobre gênero no campo da administração e das relações de trabalho, destacando a ausência do conceito de misoginia como categoria analítica central.	2024	IRIGARAY, HÉLIO ARTHUR REIS ; STOCKER, FABRICIO. Gênero e relações de trabalho: por uma nova agenda de pesquisa. Cadernos EBAPE.BR , v. 22, n. 2, 2024. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cebape/a/n4vrKJLTSZKDqfvgBs5ZqLp/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 5 out. 2025.
8	Discriminação algorítmica nas relações de trabalho e princípios da lei geral de proteção de dados.	Rodrigo Coimbra Santos e Vivian Maria Caxambu Graminho.	Analisa os riscos e limites da utilização de algoritmos e inteligência artificial na gestão das relações de trabalho, com foco na possibilidade de discriminação automatizada de trabalhadores. Os autores discutem como empresas têm delegado decisões de contratação, monitoramento e demissão a sistemas automatizados, o que pode gerar viés e injustiças decorrentes de	2024	SANTOS, Rodrigo Coimbra; GRAMINHO, Vivian Maria Caxambu. Discriminação algorítmica nas relações de trabalho e princípios da Lei Geral De Proteção De Dados. Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos , v. 45, n. 96, p. 1–31, 2024. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/seq/a/9FGhvr75HYSdGMRfKnJ9FZd/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 5 out. 2025.

			dados históricos marcados por preconceitos.		
9	A precarização jurídica das relações de trabalho como fator de sofrimento das(os) trabalhadoras(es) no setor da saúde durante a pandemia de COVID-19.	João Batista dos Santos Militão, Jorge Luiz Souto Maior, Luís Fernando Silva, <i>et al.</i>	Analisa como a adoção de políticas neoliberais e de terceirização no setor público aprofundou a fragilidade dos vínculos trabalhistas e o sofrimento dos profissionais da saúde durante a pandemia.	2023	MILITÃO, João Batista dos Santos; MAIOR, Jorge Luiz Souto; SILVA, Luís Fernando; <i>et al.</i> A precarização jurídica das relações de trabalho como fator de sofrimento das(os) trabalhadoras(es) no setor da saúde durante a pandemia de COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva , v. 28, n. 10, p. 2797–2807, 2023. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/csc/a/qnb9ngpMj7GBpnR9ZsHnHyj/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 5 out. 2025.
10	Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco em um município de Santa Catarina.	Daniela Tezza Canever, Giovana Ilka Jacinto Salvaro e Dimas de Oliveira Estevam.	Analisa como as relações de gênero estruturam a divisão do trabalho na agricultura familiar voltada à fumicultura, evidenciando a invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino. A pesquisa mostra que, embora as mulheres participem de todas as etapas da produção do tabaco, suas atividades são vistas como uma “ajuda” e não como trabalho produtivo, enquanto os homens ocupam posições de comando e reconhecimento econômico.	2023	CANEVER, Daniela Tezza; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto ; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco em um município de Santa Catarina. Interações (Campo Grande) , 2023. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/inter/a/XwWMvrj39vbd5W9WYjWwfj/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 5 out. 2025.

11	As intrincadas relações sistêmicas entre mercado de trabalho, relações de trabalho e gestão de recursos humanos em contexto pandêmico.	Wilson Aparecido Costa de Amorim, Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz, Amyra Moyzes Sarsur, <i>et al.</i>	Investiga como as organizações brasileiras interpretaram e reagiram às mudanças no mercado e nas relações de trabalho durante a pandemia de Covid-19, com foco nas estratégias de Gestão de Recursos Humanos.	2023	AMORIM, Wilson Aparecido Costa de; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; SARSUR, Amyra Moyzes; <i>et al.</i> AS INTRINCADAS RELAÇÕES SISTÊMICAS ENTRE MERCADO DE TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CONTEXTO PANDÊMICO. Revista de Administração de Empresas , v. 63, n. 1, 2023. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rae/a/TtgH45yFB9zdWGrkRWwv9jS/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.
12	Estigmatização do HIV nas relações de trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil: barreiras, perdas e silêncio.	Douglas Moraes Campos, Thaís Rodrigues de Sousa Silva e Adriana Crispim de Freitas.	Investiga os impactos do estigma do HIV na vida profissional de trabalhadores soropositivos, analisando como o preconceito interfere no acesso e na permanência no mercado de trabalho.	2023	CAMPOS, Douglas Moraes; SILVA, Thaís Rodrigues de Sousa ; FREITAS, Adriana Crispim de. Estigmatização do HIV nas relações de trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil: barreiras, perdas e silêncio. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional , v. 48, 2023. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rbso/a/x9pZKnz6HWwMdDvwZCfJg7t/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.
13	O trabalho mediado por plataformas digitais e assimetrias nas relações de comunicação.	Claudia Nociolini Rebechi e Camilla Voigt Baptistella.	Discute as relações de poder e comunicação estabelecidas entre a empresa iFood e seus entregadores, analisando como o gerenciamento algorítmico cria assimetria de informação e subordinação no trabalho mediado por plataformas digitais.	2022	REBECHI, Claudia Nociolini ; BAPTISTELLA, Camilla Voigt. O trabalho mediado por plataformas digitais e assimetrias nas relações de comunicação. Revista Katálisis , v. 25, n. 1, p. 83–92, 2022.

14	Bourdieu e as relações de trabalho: tecendo fios de um encontro profícuo.	Kimi Tomizaki.	Trata-se de uma resenha da obra <i>Bourdieu et le travail</i> (2015), organizada por Maxime Quijoux, que reúne estudos sobre a aplicação do pensamento de Pierre Bourdieu à análise das relações de trabalho.	2022	TOMIZAKI, Kimi. Bourdieu e as relações de trabalho: tecendo fios de um encontro profícuo. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v. 37, n. 108, 2022.
15	Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão.	Maria Angelina B. de Carvalho de A. Camargo.	Analisa as transformações nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no contexto da crise estrutural do capitalismo, com base na tese da proletarianização da profissão.	2021	CAMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho de A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão. Serviço Social & Sociedade , n. 142, p. 488–507, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jg4F8Xsmf8m3nFhFwW493n/?format=pdf&lang=pt >.
16	Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais.	Geraldo Tessarini Junior e Patricia Saltorato.	Investiga as condições de trabalho, percepções e desafios enfrentados pelos servidores técnico-administrativos de uma instituição federal de ensino em São Paulo. A partir de entrevistas semiestruturadas com 18 servidores, o estudo analisa três dimensões principais: carreira, tarefas e relações interpessoais.	2021	JUNIOR, Geraldo Tessarini; SALTORATO, Patricia. Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. Cadernos EBAPE.BR , v. 19, n. spe, p. 811–823, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ebape/a/bHB64vzytTTwHzcX6jKQbcQ/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.

17	Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde: contribuições de Helena Hirata.	Simone Santos Oliveira, Mary Yale Neves, Jussara Brito, <i>et al.</i>	Reflete sobre a relevância da produção intelectual de Helena Hirata para o campo da saúde coletiva e dos estudos de gênero e trabalho. Hirata amplia o conceito de trabalho para além do assalariado, incorporando dimensões domésticas, de cuidado e informais, e demonstrando a centralidade do trabalho na vida social.	2021	OLIVEIRA, Simone Santos; NEVES, Mary Yale; BRITO, Jussara; <i>et al.</i> Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde: contribuições de Helena Hirata. Saúde em Debate , v. 45, n. spe1, p. 137–153, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NNz76QD3cQDm4tGJCptBVSg/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.
18	Reflexões sobre a ancestralidade africana do Tambor de Mina do Maranhão: interlocuções e relações decorrentes do trabalho de campo.	Marilande Martins Abreu.	Analisa as relações entre o campo religioso e o campo intelectual a partir do diálogo, e posterior conflito, entre a antropóloga Mundicarmo Rocha Ferretti e o sacerdote Pai Euclides Ferreira, da Casa Fanti Ashanti, ambos estudiosos e protagonistas do Tambor de Mina no Maranhão.	2021	ABREU, Marilande Martins. Reflexões sobre a ancestralidade africana do Tambor de Mina do Maranhão: interlocuções e relações decorrentes do trabalho de campo. Religião & Sociedade , v. 41, n. 2, p. 231–252, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rs/a/r4QX3qfZ74B7wMRBMxWMKJJ/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 7 out. 2025.
19	Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil.	José Henrique de Faria, Elaine Cristina Schmitt Ragnini e Camila Bruning.	Analisa o processo de inclusão e reconhecimento social de migrantes e refugiados em Curitiba (PR), com base em cerca de 300 entrevistas e 1.000 atendimentos psicossociais	2021	FARIA, José Henrique de; RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; BRÜNING, Camila. Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. Cadernos EBAPE.BR , v. 19, n. 2, p. 278–291, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cebape/a/DSGRfHWBxBkNjj >

			realizados por um projeto de extensão da Universidade Federal do Paraná.		nDLqNKh7j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2025.
20	Relações dialógicas e discurso bivocal na atividade de trabalho do revisor em teses acadêmicas: tensões e(m) sentidos.	Vanessa Fonseca Barbosa.	Analisa a atividade de trabalho do revisor de textos acadêmicos à luz da teoria dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin, destacando como o discurso bivocal, aquele em que duas vozes coexistem e se tencionam, se manifesta nas interações entre o autor e o revisor durante o processo de revisão.	2021	BARBOSA, Vanessa Fonseca. Relações dialógicas e discurso bivocal na atividade de trabalho do revisor em teses acadêmicas: tensões e(m) sentidos. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso , v. 16, n. 2, p. 178–199, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/bak/a/55Zvh8LmrXg8JXD N5csTPfn/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 out. 2025.
21	“Capazes de Trabalho”: domínio, política e cultura nas relações de trabalho do Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII).	Crislayne Gloss Marão Alfagali.	Examina as relações de trabalho e de poder estabelecidas entre europeus, africanos e populações locais no Atlântico Sul durante os séculos XVII e XVIII, com foco nas dinâmicas que ligavam o Brasil, Angola e Portugal.	2021	ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. “Capazes de trabalho”: domínio, política e cultura nas relações de trabalho do Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII). Topoi (Rio de Janeiro) , v. 22, n. 47, p. 387–407, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/topoi/a/QjrZTPQ9r6BmHMwwCKWRJZK/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 out. 2025.
22	Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19.	Graziella Lage Oliveira e Adalgisa Peixoto Ribeiro.	Discute os impactos da pandemia nas condições de trabalho, vínculos laborais e saúde mental dos trabalhadores brasileiros.	2021	OLIVEIRA, Graziella Lage ; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19. Cadernos de Saúde Pública , v. 37, n. 3, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/csp/a/WrR7hGgrFKb7p4GGgvcRYBG/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 out. 2025.

23	Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidade s?	Roney Polato de Castro e Anderson Ferrari.	Investiga como as questões de gênero e sexualidade são abordadas (ou silenciadas) na formação docente em cursos de pedagogia de uma universidade pública.	2021	CASTRO, Roney Polato de ; FERRARI, Anderson. Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidades? Revista Brasileira de Educação , v. 26, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/rb edu/a/4ks4hX5VRxJkbTx zT66WgsD/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 out. 2025.
24	Relações entre clima de equipe e satisfação no trabalho na Estratégia Saúde da Família.	Marina Peduzzi, Heloise Lima Fernandes Agreli, Pilar Espinoza, <i>et al.</i>	Investiga a associação entre o clima de equipe e a satisfação no trabalho entre profissionais das Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal (ESF com SB) no município de São Paulo.	2021	PEDUZZI, Marina; AGRELI, Heloise Lima Fernandes; ESPINOZA, Pilar; <i>et al.</i> Relações entre clima de equipe e satisfação no trabalho na Estratégia Saúde da Família. Revista de Saúde Pública , v. 55, p. 117, 2021. Acesso em: 12 out. 2025.
25	Relações e condições de trabalho dos professores paulistas (1995-2018).	Andreza Barbosa, Márcia Aparecida Jacomini, Maria José da Silva Fernandes, <i>et al.</i>	Analisa as mudanças nas condições e relações de trabalho docente na rede estadual de ensino de São Paulo ao longo de mais de duas décadas, marcadas por reformas educacionais, políticas de gestão e precarização do magistério.	2020	BARBOSA, Andreza; JACOMINI, Márcia Aparecida; FERNANDES, Maria José da Silva; <i>et al.</i> Relações e condições de trabalho dos professores paulistas (1995-2018). Cadernos de Pesquisa , v. 50, n. 177, p. 790–812, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/c p/a/LrLTtnysmdVzmQxFf vs4LLd/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 out. 2025.
26	Construindo espaços de interação social a partir de relações e práticas de trabalho compartilhado.	Luiza A. F. Mesquita, Marlei Pozzebon e Maira Petrini.	Analisa como os espaços de trabalho colaborativo (coworkings) funcionam como ambientes de interação social e construção coletiva de significados.	2020	MESQUITA, Luiza A. F.; POZZEBON, Marlei ; PETRINI, Maira. Construindo espaços de interação social a partir de relações e práticas de trabalho compartilhado. Revista de Administração Contemporânea , v. 24, n. 2, p. 181–196, 2020.

					Acesso em: 12 out. 2025.
27	A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil.	Saionara da Silva Passos e Márcio Lupatini.	Analisa os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017) sobre as relações de trabalho e a proteção social dos trabalhadores brasileiros, destacando seu papel na intensificação da precarização e na fragilização dos direitos trabalhistas.	2020	PASSOS, Saionara da Silva ; LUPATINI, Márcio. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. Revista Katálisis , v. 23, n. 1, p. 132–142, 2020. Acesso em: 12 out. 2025.
28	Trajetória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos no sul do Brasil (1970-2016).	Gilvani Mazzucco Jung e João Henrique Zanelatto.	Analisa a evolução das relações contratuais e produtivas entre os avicultores integrados e os frigoríficos no Sul do Brasil, destacando as transformações no modelo de integração vertical da cadeia avícola ao longo de quatro décadas.	2020	JUNG, Gilvani Mazzucco; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos no sul do Brasil (1970-2016). Interações (Campo Grande) , 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/inter/a/6xY3xdhsZSy5ztnK3kmpxzv/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 out. 2025.
29	Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste.	Elaine Bezerra, Roseli de Fátima Corteletti e Iara Maria de Araújo.	Analisa como as relações de gênero estruturam as condições de trabalho na indústria têxtil e de confecções nordestina, destacando o caráter precarizado, feminizado e desigual desse setor.	2020	BEZERRA, Elaine; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. Relações de trabalho e desigualdade de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste. Caderno CRH , v. 33, p. 020030, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ccrh/a/DV7yPJZn8QgZXcKYPTk8jh/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 out. 2025.

Fonte: Autoria Própria.

Observando os dados coletados conforme o quadro anterior, observa-se uma variedade de artigos que apareceram nos resultados de busca para os filtros

aplicados. Nesse sentido, para essa pesquisa, alguns dos artigos acima tabelados serão desconsiderados, tendo em vista que nem todos tem relação direta com o tema de pesquisa do presente projeto. Dessa forma, após ler e analisar os conteúdos dos artigos coletados definiu-se que 25 artigos serão os objetos de análise e aprofundamento para essa pesquisa, enquanto isso os outros 4 foram desconsiderados. Dessa forma, os artigos menos diretamente relacionados com os objetivos, foram removidos, pois tratam de temas antropológicos, culturais ou linguísticos, sem foco direto em relações de trabalho. A seguir, no Quadro 5, observa-se quais são os 4 artigos que foram excluídos dessa pesquisa e suas respectivas justificativas.

Quadro 4 - Artigos desconsiderados para essa pesquisa

Nº do Artigo	Título do Artigo	Justificativa da Exclusão
14	Bourdieu e as relações de trabalho: tecendo fios de um encontro profícuo.	(Resenha de obra estrangeira, útil teoricamente, mas não sobre o Brasil 2020–2025).
18	Reflexões sobre a ancestralidade africana no Tambor de Mina do Maranhão: interlocuções e relações decorrentes do trabalho de campo.	(Campo religioso e antropologia cultural).
20	Relações dialógicas e discurso bivocal na atividade de trabalho do revisor em teses acadêmicas: tensões e(m) sentidos.	(O foco é linguístico, não laboral).
23	Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidades?	(Relevante para formação, mas tangencial à economia do trabalho).

Fonte: Autoria Própria.

Diante disso, 25 artigos podem ser relacionados com o tema de pesquisa e estão coerentes com os objetivos do trabalho, tendo em vista que a análise proposta visa identificar nas fontes bibliográficas encontradas (2020–2025) como se configuram as relações de trabalho no período. Assim, busca-se observar as mutações socioeconômicas encontradas nos artigos e indicadores como o efeito da platformização, da reforma trabalhista de 2017 e a precarização do trabalho nos últimos anos, buscando compreender como as interfaces socioeconômicas e sujeito-trabalhador estão presentes na literatura especializada e apresentam elementos como efeitos na saúde mental, fadiga, gênero, algoritmos e reconhecimento social. Além disso, a partir da análise dos dados bibliográficos identificados procura-se delinear o ser-sujeito trabalhador na Administração aparece nos artigos em textos sobre servidores públicos, assistentes sociais, docentes e equipes de saúde.

Nesse sentido, foram analisados os títulos e o conteúdo de cada trabalho selecionado, de modo a identificar aqueles em que a temática das relações de trabalho esteja explicitamente presente. Nos estudos em que essa discussão se evidenciar de forma clara, será reservado um espaço específico na análise de dados. Ainda que o levantamento possa indicar um número expressivo de resultados, a atenção da análise concentrar-se-á exclusivamente nas produções que abordem, de maneira específica, as transformações ocorridas nas relações de trabalho no Brasil.

4.2 RELAÇÕES ENTRE AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO 2020-2025

No período entre 2020 e 2025, as mudanças socioeconômicas tais como digitalização, financeirização e cultura empreendedora redefiniram o trabalho como performance e exposição. Borges (2025) no artigo “Regimes de visibilidade e poder das plataformas digitais nas relações de trabalho: uma análise a partir do trabalho imaterial de influenciadores digitais” demonstra que as plataformas constituem um novo regime de acumulação capitalista, baseado no controle algorítmico e na exploração da atenção e da afetividade, o que representa uma transformação qualitativa das relações de trabalho no Brasil contemporâneo.

Se determinar os modos de ver e ser visto, bem como criar e gerenciar regimes de visibilidade são expressões do poder que vão incidir não apenas sobre uma dinâmica social, mas sobre uma dinâmica social específica afeta à seara trabalhista, é possível transpor para o campo jurídico as noções de vigilância, visibilidade e controle sob o signo do poder nas relações de trabalho (BORGES, 2025, p. 25).

Diante disso, o artigo “*Gig economy*, capitalismo de vigilância e as relações de trabalho no Brasil” de Lacerda, Prevot e Moura (2025) é destacado que para compreender como as mudanças socioeconômicas recentes tais como a digitalização, desemprego estrutural e neoliberalismo informacional redefiniram as relações de trabalho no Brasil. Os autores mostram que a *gig economy* é o produto mais visível da transformação tecnológica e política do capitalismo contemporâneo, marcada pela precarização e pela vigilância algorítmica. Entre 2020 e 2025, a partir dos dados analisados neste trabalho, o trabalhador brasileiro passa a ocupar uma

posição intermediária entre autonomia e subordinação, vivendo em um cenário de instabilidade, controle digital e autogerenciamento, que expressa as contradições centrais do novo regime socioeconômico.

Dessa forma, à medida que a *Gig Economy* se consolida como alternativa precária de ocupação, cresce também o questionamento jurídico sobre a real natureza desses vínculos. O modelo, sustentado pela retórica da autonomia, vem sendo contestado justamente por esconder, sob o discurso da flexibilidade, relações de trabalho que reproduzem subordinação, pessoalidade e habitualidade, elementos clássicos da configuração de vínculo empregatício. O debate, portanto, deixa de ser apenas técnico e passa a tocar nas contradições mais profundas do mercado de trabalho contemporâneo (LACERDA, PREVOT e MOURA, 2025, p. 18).

No “Modos de sujeição profissional: uma análise sobre as relações de trabalho no campo da inovação”, Sampaio e Leão (2025) abordam que é crucial compreender como as mudanças socioeconômicas ligadas à economia da inovação geram novas formas de subordinação e precarização subjetiva no Brasil contemporâneo. Entre 2020 e 2025, o discurso da autonomia e criatividade passou a funcionar como um mecanismo de controle simbólico, moldando o sujeito-trabalhador como empreendedor de si, mas preso a uma lógica de competição e insegurança permanente. O estudo mostra que, na era da inovação, as relações de trabalho são marcadas por autogerenciamento, invisibilidade do controle e desgaste psíquico, expressando o novo modo de articulação entre mudanças econômicas, culturais e subjetivas no trabalho brasileiro atual.

Os modos de sujeição são expressos numa formação discursiva de regularidades relativas à conformidade e à austeridade nas relações de trabalho, tratando da submissão às regras do campo que revela processos de subjetivação relacionados ao comportamento ético. Em outras palavras, essa formação diz respeito à reconfiguração de práticas, entendidas como penosas e que foram necessárias para permanecer ou ascender em suas respectivas carreiras (SAMPAIO e LEÃO, 2025, p. 6).

O estudo de Machado et al. (2025) “Impacto das novas relações de trabalho na saúde mental na Paraíba: análise das notificações” é uma contribuição empírica proposta para compreender os efeitos humanos e sociais das mudanças socioeconômicas recentes nas relações de trabalho no Brasil. Entre 2020 e 2025, a pandemia e o avanço das novas formas de trabalho (remoto, intermitente, informal e digital) ampliaram a precarização, a vulnerabilidade e o adoecimento mental dos trabalhadores. O artigo evidencia que as mutações econômicas e tecnológicas não

são apenas estruturais, mas também subjetivas, atingindo o modo como o sujeito-trabalhador vive, sente e se reconhece em seu ofício. Assim, a pesquisa reforça a tese de que o contexto socioeconômico recente produz um trabalhador sobrecarregado, inseguro e emocionalmente fragilizado, expressão direta das contradições do capitalismo pós-pandemia no Brasil.

Dados recentes do Centro de Referência à Saúde do Trabalhador (Cerest-PB) apontam um crescimento significativo nas notificações de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) entre os anos de 2020 e 2024, revelando o impacto das mudanças nas relações de trabalho sobre a saúde mental. O enfrentamento das novas formas de adoecimento relacionadas com as transformações do mundo laboral requer ações integradas, sensíveis ao território e comprometidas com a promoção da dignidade e do bem-estar no trabalho. Essa mudança pode estar relacionada com intensificação da precarização das relações de trabalho, aumento da informalidade e insegurança laboral, além da pressão por produtividade e metas inalcançáveis (MACHADO et. al., 2025, p. 2).

Na pesquisa apresentada no artigo “A fadiga no trabalho: uma análise histórica das relações de trabalho” Fernandes, Sampaio e Lima (2025) fornecem uma base teórica e histórica para compreender a dimensão humana das mudanças socioeconômicas e produtivas que marcam as relações de trabalho no Brasil entre 2020 e 2025. Os autores mostram que a fadiga contemporânea não é apenas um problema de saúde, mas um indicador social e político das condições impostas pelo capitalismo digital e flexível. No atual contexto socioeconômico, o trabalhador é sobrecarregado, isolado e responsabilizado por seu próprio desempenho, o que evidencia uma nova forma de subordinação subjetiva. Assim, o estudo contribui ao revelar como as mutações econômicas e tecnológicas impactam não só a estrutura das relações de trabalho, mas também o sentido existencial do trabalho e a constituição do sujeito-trabalhador.

A fadiga é reinterpretada tanto como uma limitação quanto como um reflexo das exigências da sociedade contemporânea. Assim, os autores relatam no estudo como o fenômeno evoluiu de uma manifestação predominantemente física para uma experiência que também abrange aspectos psicológicos e emocionais. Essas transições refletem diretamente as transformações nas relações de trabalho ao longo do tempo, particularmente em relação ao impacto dessas relações na saúde do trabalhador (FERNANDES, SAMPAIO e LIMA, 2025, p. 2).

O artigo “Relações de trabalho e a construção de políticas públicas para acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho” de Muniz et al.

(2025) discute as interfaces entre as mudanças socioeconômicas contemporâneas e as desigualdades nas relações de trabalho no Brasil. Os autores demonstram que, entre 2020 e 2025, as transformações estruturais do mercado como a digitalização, a flexibilização e a informalização não geraram inclusão, mas aprofundaram a marginalização de trabalhadores trans e de outras identidades vulneráveis. A análise evidencia que o modelo econômico vigente mantém padrões de exclusão e hierarquização social, reforçando a necessidade de políticas públicas interseccionais para garantir o direito ao trabalho digno. Assim sendo, esse artigo contribui para compreender como as mudanças socioeconômicas recentes não apenas redefinem o trabalho, mas também produzem novas fronteiras de desigualdade, afetando diretamente o reconhecimento e a cidadania do sujeito-trabalhador trans no Brasil contemporâneo.

Para viabilizar a participação social da população trans, a pesquisa reconhecer o papel da educação e a implementação de políticas públicas voltadas à educação de gênero. Essas ações têm como objetivo sensibilizar a sociedade para os estigmas e estereótipos que perpetuam a exclusão, promovendo a inclusão de pessoas trans em diversas esferas sociais, com ênfase no mercado de trabalho formal. Esse processo de treinamento, sensibilização e capacitação sobre diversidade e identidade de gênero para empregadores e equipes de recursos humanos é fundamental para criar um ambiente seguro e equânime para todas as pessoas (MUNIZ et al. 2025, p. 9).

Para Irigaray e Stocker (2024) em seu artigo “Gênero e relações de trabalho: por uma nova agenda de pesquisa” é importante compreender como as mudanças socioeconômicas contemporâneas, embora travestidas de progresso e diversidade, reproduzem desigualdades históricas de gênero nas relações de trabalho no Brasil. Entre 2020 e 2025, o avanço da digitalização, do trabalho remoto e da cultura empreendedora aprofundou a sobrecarga e a precarização das mulheres, sobretudo aquelas em posições vulneráveis. O estudo revela que as relações entre economia e trabalho continuam marcadas por contradições entre discurso e prática, em que a promessa de igualdade se choca com as estruturas patriarcais e neoliberais do mundo corporativo. Assim, o texto contribui ao demonstrar que as transformações socioeconômicas recentes não apenas redefiniram o trabalho, mas também reconfiguraram o sujeito-trabalhador em termos de gênero, exigindo novas abordagens teóricas e políticas inclusivas.

Os autores identificam que a principal lacuna que persevera nos estudos sobre gênero e relações de trabalho é a misoginia que assombra a teoria da gestão, ou, nas palavras das autoras, o “discurso prejudicial da misoginia” (Fotaki & Harding, 2018, p. 31), o qual se faz continuamente presente na linguagem usada tanto no mundo corporativo, locais de trabalho, textos e artigos das mídias de negócios, quanto no acadêmico, teses, dissertações e artigos publicados no campo da administração, pública ou privada (IRIGARAY e STOCKER, 2024, p. 1).

No artigo “Discriminação algorítmica nas relações de trabalho e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados” de Santos e Graminho (2024) apresenta uma análise dedicada a compreensão das relações entre as mudanças socioeconômicas recentes e a reorganização das relações de trabalho sob o capitalismo digital. Os autores demonstram que, entre 2020 e 2025, a introdução de algoritmos e sistemas de IA nas empresas brasileiras gerou novas formas de controle, discriminação e desumanização do trabalho, marcadas por uma subordinação tecnológica invisível. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento das instituições regulatórias e o avanço da informalidade reforçam a vulnerabilidade do trabalhador. Assim, o estudo evidencia que as transformações socioeconômicas contemporâneas, especialmente a digitalização e o capitalismo de dados, redefiniram o sujeito-trabalhador como objeto de vigilância e mercantilização informacional, exigindo novos marcos jurídicos e éticos para equilibrar poder e dignidade nas relações laborais brasileiras.

As fontes formais trabalhistas no Brasil dão contornos gerais (na Constituição, na CLT e em leis esparsas que vedam a discriminação nas relações de trabalho) não tendo sido pensadas para regular as novidades trazidas pela gestão de empreendimentos por sistemas de inteligência artificial alimentados por algoritmos. Impõe-se o diálogo das fontes, autorizado pelo art. 8º da CLT. Trata-se de princípios específicos da LGPD aplicáveis as relações de trabalho, autorizados pelo art. 8º da CLT e compatíveis com o direito do trabalho, na trilha do necessário diálogo das fontes, destacando-se que a proteção de dados pessoais foi incluída no rol dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal (SANTOS e GRAMINHO, 2024, p. 12).

Na pesquisa conduzida por Militão, Maior, Silva, et al. (2023) intitulada “A precarização jurídica das relações de trabalho como fator de sofrimento das(os) trabalhadoras(es) no setor da saúde durante a pandemia de COVID-19” analisa como as mudanças socioeconômicas e jurídicas recentes, especialmente as impulsionadas pela pandemia, reconfiguraram as relações de trabalho no Brasil, acentuando a precarização estrutural e o sofrimento laboral. Os autores demonstram

que, entre 2020 e 2025, a combinação de crise sanitária, políticas neoliberais e desmonte das garantias jurídicas resultou na consolidação de um novo padrão de exploração, onde a instabilidade é a regra e a proteção social, a exceção. O estudo revela que o sujeito-trabalhador contemporâneo é vulnerável, sobrecarregado e juridicamente desprotegido, o que espelha o redesenho das relações de trabalho no contexto socioeconômico brasileiro pós-pandemia.

No contexto de fragilização da atuação sindical e da ausência de efetivas políticas salariais, a prática de horas extras, inclusive, acaba sendo vista pelos(as) trabalhadores(as) como uma saída para compensar os baixos salários. Todas essas técnicas jurídicas que alimentam a precarização das condições de trabalho foram incorporadas e disseminadas nas relações de trabalho no setor da saúde, fazendo com que os vínculos jurídicos precários, as jornadas de trabalho excessivas, os baixos salários, o assédio moral e o baixo poder de resistência constituam a triste realidade dos trabalhadores da área da saúde no Brasil, conforme revelam as pesquisas (MILITÃO, MAIOR, SILVA, et al., 2023, p. 6).

Já no artigo que sintetiza a pesquisa “Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco em um município de Santa Catarina” de Canever, Salvaro e Estevam (2023) é apresentada uma leitura precisa sobre como as mudanças socioeconômicas recentes, marcadas pela globalização, retração das políticas públicas e avanço do neoliberalismo impactaram as relações de trabalho rurais no Brasil, especialmente no setor fumageiro. As autoras demonstram que o período de 2020 a 2025 é caracterizado pela expansão da dependência econômica, intensificação da precarização e persistência das desigualdades de gênero, revelando a dupla exploração do trabalhador rural: econômica e simbólica. O estudo evidencia que o sujeito-trabalhador do campo vive sob novas formas de controle e subordinação impostas pelo capital global, mas internaliza a ideia de autonomia e empreendedorismo, o que mascara a precariedade. Assim, o texto contribui para essa pesquisa ao mostrar como as mutações socioeconômicas contemporâneas redefinem o trabalho agrícola, transformando a relação entre capital, gênero e trabalho no Brasil rural.

Diante da expressiva produção de tabaco em contextos da agricultura familiar, argumenta-se acerca da relevância de trazer para foco as relações de trabalho que se estabelecem em determinado sistema de produção, além de se atentar para o fato de que as relações de trabalho são "gendradas" e evidenciam certa divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. No trabalho realizado retoma-se a definição de gênero proposta por Joan Scott (1995, p. 86), composta por duas proposições articuladas: “(1) o

gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (CANEVER, SALVARO e ESTEVAM, 2023, p. 2).

Amorim, Cruz, Sarsur et al. (2023) no artigo “As intrincadas relações sistêmicas entre mercado de trabalho, relações de trabalho e gestão de recursos humanos em contexto pandêmico” discutem como as mudanças socioeconômicas aceleradas pela pandemia de COVID-19 redefiniram as relações de trabalho e as práticas de gestão no Brasil. Os autores demonstram que o período de 2020 a 2025 consolidou um novo regime laboral, caracterizado pela flexibilização jurídica, digitalização e intensificação do controle organizacional, sob o discurso da adaptabilidade.

O estudo de Amorim, Cruz, Sarsur et al. (2023) evidencia que a interdependência entre mercado, Estado e gestão produz um contexto em que o trabalhador é simultaneamente empoderado e vulnerável, responsável por sua própria empregabilidade em um ambiente cada vez mais instável. O artigo ilustra de forma clara como as mutações socioeconômicas contemporâneas transformaram o trabalho, a gestão e o próprio sujeito-trabalhador, revelando as contradições do modelo neoliberal no Brasil pós-pandemia.

Constata-se que a pandemia da Covid-19 modificou as perspectivas organizacionais no contexto mundial em 2020. As incertezas nos planos econômico e social foram elevadas, havendo o colapso da prestação de serviços, fechamento de unidades produtivas e reações governamentais diversas. Medidas como distanciamento físico, uso de máscaras e higienização das mãos tornaram-se norma social. A complexidade do contexto pandêmico revelou novas dinâmicas do mercado de trabalho, o envolvimento do poder público, a mobilização da Gestão de Recursos Humanos (GRH) para introdução de novas formas de organização do trabalho e proteção ao trabalhador (AMORIM, CRUZ, SARSUR, et al., 2023, p. 5).

Campos, Silva e Freitas (2023) em “Estigmatização do HIV nas relações de trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil: barreiras, perdas e silêncio” trazem uma contribuição importante para compreender como as mudanças socioeconômicas do período 2020–2025 coexistem com a persistência de desigualdades estruturais nas relações de trabalho brasileiras. Os autores revelam que, mesmo diante da modernização produtiva e dos discursos de diversidade, a exclusão de pessoas com HIV ainda é uma realidade cotidiana, sustentada por uma lógica neoliberal que

valoriza o desempenho e a “normalidade” como critérios de empregabilidade. O texto mostra que o sujeito-trabalhador contemporâneo é atravessado por contradições, vivendo entre o desejo de inclusão e o medo de exposição, num cenário em que a precarização e a competição limitam a solidariedade e a coletividade no trabalho. Dessa forma, reforça-se que as mutações socioeconômicas recentes não eliminaram a discriminação, apenas a reconfiguraram sob novas formas simbólicas e institucionais, tornando-a mais sutil, mas igualmente excludente.

No artigo citado no parágrafo anterior os interlocutores foram questionados acerca das suas relações de trabalho, evidenciadas aqui pelas trocas cotidianas entre empregador, trabalhador e colegas de trabalho. Assim, através das falas, ficou evidente que o diagnóstico não somente modifica a vida de quem vive com o vírus numa perspectiva pessoal, mas também impacta o convívio coletivo, aspecto claramente comentado no discurso de Mariana (uma entrevistada), ao discorrer sobre as mudanças no relacionamento com a diretora do local onde trabalha. As reconfigurações do relacionamento entre a pessoa com HIV e o seu empregador podem levar a situações mais graves. Aline, Antônio e Pedro comentam sobre um ambiente de trabalho que se tornou sofrido, traçado em mecanismos excludentes que, consequentemente, resultaram em demissão (CAMPOS, SILVA e FREITAS, 2023, p. 5).

A discussão proposta no artigo “O trabalho mediado por plataformas digitais e assimetrias nas relações de comunicação” de Rebechi & Baptistella (2022) descreve o perfil do sujeito-trabalhador brasileiro no contexto digitalizado e neoliberal do período 2020-2025. Esse trabalhador é marcado pela autogestão, pela precariedade e pela internalização do controle algorítmico, vivendo sob uma aparência de liberdade que encobre novas formas de dominação. A subjetividade laboral se reorganiza em torno da autoexploração, da busca por reconhecimento digital e da dissolução das fronteiras entre trabalho e vida pessoal, compondo um sujeito hiperconectado, competitivo e emocionalmente vulnerável. Assim, o estudo permite compreender as características do sujeito trabalhador brasileiro no período de 2020 a 2025, pois evidencia que o sujeito-trabalhador contemporâneo é produto das transformações tecnológicas e discursivas do capitalismo de plataformas, símbolo das mutações socioeconômicas e culturais do Brasil pós-2020.

Devido à necessidade de distanciamento físico entre as pessoas para evitar a transmissão e a contaminação do novo coronavírus, um grande número de empresas, fábricas e estabelecimentos comerciais dos mais diversos setores econômicos interromperam total ou parcialmente suas atividades produtivas. Uma parte dos trabalhadores ligada a essas organizações empresariais precisaram se adequar a novas rotinas de trabalho, com

jornadas diárias e remunerações diferenciadas. Outros empregados tiveram que assumir, de modo inesperado, o caráter remoto de sua atividade de trabalho, experimentando obrigatoriamente as dificuldades do chamado trabalho home office. E uma parcela de trabalhadores perdeu seus empregos, avolumando o cenário do desemprego no país que antes da pandemia de COVID-19 já se apresentava grave. Ao mesmo tempo, o mundo do trabalho brasileiro é conformado por um grande número de trabalhadores que atuam na chamada informalidade, tendo suas vidas ainda mais impactadas negativamente por causa da pandemia (REBECHI e BAPTISTELLA, 2022, p. 2).

Camargo (2021) no artigo “Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão” analisa as características do sujeito-trabalhador brasileiro no período analisado, ao mostrar como o processo de proletarização, intensificação e precarização do trabalho redefine as dimensões subjetivas e sociais do labor.

O trabalhador contemporâneo, representado nesse artigo pelo assistente social é retratado como um sujeito submetido ao controle institucional, à perda de autonomia e à alienação ética que internaliza a lógica da produtividade e da competitividade neoliberal. A análise revela que, nesse contexto, o trabalhador brasileiro é emocionalmente fragilizado, individualizado e submetido à lógica da sobrevivência, refletindo as contradições entre a promessa de autonomia e a realidade de subordinação estrutural. Portanto, o estudo de Camargo (2021) demonstra que o sujeito-trabalhador pós-2020 é o produto direto das transformações socioeconômicas e políticas recentes, caracterizado pela precarização material e pela exaustão subjetiva, marcas centrais do capitalismo contemporâneo.

A análise das condições e das relações de trabalho em que estão inseridos os assistentes sociais na atualidade é determinada pelas novas exigências do capital. Assim, a precarização imbrica-se na informalidade, na intensificação, na terceirização e na proletarização do trabalho. As condições e as relações de trabalho vivenciadas pelos profissionais articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação profissional, situando-se na moldura contraditória que é a sociedade burguesa em sua totalidade concreta. Na realidade concreta, identificamos inúmeros trabalhadores desempregados, subempregados, intermitentes, uberizados, terceirizados etc. Processos que expressam a redefinição das condições de vida e trabalho na atualidade (CAMARGO, 2021, p. 18-19).

Júnior e Saltorato (2021) no estudo “Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais” analisa como as mudanças socioeconômicas do Brasil entre 2020 e 2025 impactaram as relações de trabalho

no setor público, aproximando-as das dinâmicas precárias típicas do setor privado. Os autores revelam que o contexto de reformas neoliberais, austeridade fiscal e avanço do gerencialismo promoveu uma reconfiguração profunda do trabalho do servidor público, caracterizada por intensificação, desvalorização simbólica e sobrecarga emocional. O sujeito-trabalhador estatal emerge como uma figura pressionada entre o ideal de serviço público e a racionalidade produtivista, vivenciando uma crise de identidade e pertencimento.

Sob esse cenário, de acordo com P. F. Silva e Melo (2018), observam-se a crescente deterioração nas relações de trabalho, o achatamento salarial, a intensificação da carga de trabalho dos servidores – que passam a acumular funções administrativas paralelamente à intensificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão –, a ausência de contratação de servidores técnico-administrativos, e o exacerbamento do individualismo e da competitividade entre docentes – marcado pela avaliação quantitativa da lógica do mercado, sobretudo daqueles que atuam em programas de pós-graduação. Sobre isso, Oliveira et al. (2017) destacam que o desgaste físico e psíquico associado à competição pode levar ao adoecimento (JUNIOR e SALTORATO, 2021, p. 3).

Oliveira, Neves, Brito et al. (2021) no artigo “Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde: contribuições de Helena Hirata” buscam compreender como as mudanças socioeconômicas e produtivas do Brasil entre 2020 e 2025 transformaram as relações de trabalho e suas intersecções com gênero, classe e raça. A análise revela que a crise pandêmica e o avanço do neoliberalismo intensificaram a precarização estrutural e a feminização das desigualdades, configurando um cenário em que as mulheres, especialmente as negras, assumem o peso das contradições sociais e econômicas contemporâneas. O estudo demonstra que o sujeito-trabalhador brasileiro atual é marcado pela instabilidade, pela sobrecarga e pela invisibilidade social, sendo compelido a sustentar a reprodução da vida em um contexto de retração do Estado e mercantilização do trabalho.

Hirata sinaliza que, tanto para a abordagem das relações sociais de sexo/gênero quanto para a psicodinâmica do trabalho, as relações de trabalho não são apenas relações de exploração, mas também relações intersubjetivas. Como uma das clínicas do trabalho, a psicodinâmica do trabalho tem o olhar dirigido para as relações intersubjetivas, cujo enfoque é considerado fundamental para a análise do trabalho e para o campo da saúde mental e trabalho. Uma importante contribuição de Hirata, em parceria com Kergoat, para o desenvolvimento dessa abordagem foi abrir uma discussão a respeito da ausência da dimensão sexuada da divisão do trabalho em suas construções teóricas sobre sofrimento e prazer no trabalho, além do debate em torno dos sistemas defensivos desenvolvidos

coletivamente diante de situações potencialmente nocivas à saúde mental (OLIVEIRA, NEVES, BRITO, et al, 2021, p. 10).

Já no artigo “Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil” de Faria, Ragnini e Brüning (2021) os autores desenvolvem o estudo buscando compreender a crise econômica, a globalização e a retração do Estado e a reconfiguração das relações de trabalho no Brasil, afetando de forma desigual grupos vulneráveis, como migrantes e refugiados. Os autores revelam que, entre 2020 e 2025, consolidou-se um modelo de inclusão precária, no qual esses sujeitos são incorporados ao mercado sob condições de exploração e sem reconhecimento social. A análise demonstra que o trabalho migrante é expressão direta das contradições do capitalismo neoliberal brasileiro, combinando exclusão social, informalidade e invisibilidade simbólica.

Cabe questionar, no entanto, qual o lugar que os migrantes ocupam nas relações de trabalho e nas relações cotidianas da vida, ou seja, como os migrantes são socialmente reconhecidos nas relações de trabalho e no processo de inserção na vida cotidiana no Brasil. Os migrantes que estão em melhor situação nas relações de trabalho (a minoria dos casos), realizam um trabalho formal em período integral com remuneração compreendida entre um salário mínimo e R\$ 2.000,00 (em valores de dezembro de 2019). Trata-se de empregos na maior parte no setor de serviços. A maioria dos migrantes nesta condição de emprego fala português com nenhuma ou pouca dificuldade, é “branca” (Sírios e Latinos Americanos), tem formação/escolaridade que o qualifica para o cargo que desempenha, bem como experiência em outra área de atuação, geralmente de status socialmente mais valorizado, do que a que está desempenhando. Evidencia-se sua condição de desprofissionalização (FARIA, RAGNINI e BRÜNING, 2021, p. 2, p.8).

Alfagali (2021) em “Capazes de trabalhar”: domínio, política e cultura nas relações de trabalho do Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII)”, embora tratem de períodos históricos anteriores, desenvolvem uma análise relevante para compreender as relações entre as mudanças socioeconômicas e as relações de trabalho no Brasil contemporâneo. A autora evidencia que o sistema colonial do Atlântico Sul instituiu uma estrutura de exploração baseada em hierarquias raciais, políticas e culturais que continuam a moldar as relações laborais até o presente. Entre 2020 e 2025, essas heranças se manifestam na precarização do trabalho, na desigualdade racial e na persistência de lógicas de dominação, agora reproduzidas pelo capitalismo neoliberal e digital, ou seja, o artigo explica as raízes estruturais da desigualdade e da subordinação, mostrando que as transformações

socioeconômicas recentes não romperam com o passado colonial, mas o atualizaram sob novas formas de poder e controle.

A distinção entre relações de trabalho e estatuto jurídico (livre, escravo, liberto, penhorado, coartado) é válida para iniciar a reflexão sobre regimes compulsórios de trabalho. A liberdade determinada pelo Diretório foi uma conquista das populações indígenas que souberam reivindicar como direito para denunciar a escravização ilegal e construir uma vida livre. Entretanto, suas histórias comprovam que ser considerado livre nem sempre garantiu condições de trabalho sem qualquer tipo de coerção. Por outro lado, tampouco ser escravo representou uma experiência única de trabalho, há contextos urbanos e rurais, diferenças entre experiências de homens e mulheres que precisam ser levados em conta, por exemplo, (ALFAGALI, 2021, p. 8).

Oliveira e Ribeiro (2021) no artigo “Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19” sintetizam como as mudanças socioeconômicas e sanitárias ocorridas a partir de 2020 reconfiguraram profundamente as relações de trabalho e a condição do trabalhador no Brasil. As autoras demonstram que a pandemia não apenas revelou as desigualdades históricas do sistema produtivo, mas também consolidou um novo regime de precarização, sustentado pela flexibilização, pela digitalização e pela sobrecarga emocional. Nesse sentido, o sujeito-trabalhador contemporâneo emerge como figura central dessas transformações: inseguro, multifuncional e psicologicamente exausto, adaptando-se a um cenário de instabilidade permanente, o que torna o mal-estar e a insegurança marcas estruturais do mundo do trabalho brasileiro contemporâneo.

Nesse sentido, a pandemia amplificou a precarização do trabalho e abriu espaço para novos estressores. Ao discutir “saúde mental e qualidade de vida no trabalho”, os autores destacam grupos profissionais que vivenciam torções deflagradas pela pandemia, como os professores, forçados a se moverem da atividade presencial clássica à educação a distância. Enfrentar as crises que transcendem a dimensão sanitária e repercutem na dimensão do trabalho envolve considerar as experiências individuais, mas também a dinâmica do coletivo em relação a estas vivências. Assim, são lembrados os “médicos”, “professores”, “coveiros” e “policiais”, mas indubitavelmente os trabalhadores de estabelecimentos farmacêuticos e alimentícios (supermercados e padarias) que, considerados serviços essenciais, vivenciam crises das mais diversas ordens. O registro de casos de COVID-19 tem sido maior entre os trabalhadores do comércio, empregadas domésticas e trabalhadores da indústria, como motoristas de caminhões de transporte de carga e pedreiros (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2021, p. 1-2).

Peduzzi et al. (2021) revelam no artigo “Relações entre clima de equipe e satisfação no trabalho na Estratégia Saúde da Família” como as mudanças nas políticas de austeridade e a pandemia de COVID-19 reconfiguraram as relações de

trabalho no setor público de saúde, impactando diretamente a organização, a satisfação e a saúde mental dos trabalhadores no serviço público. No artigo, discute-se que a precarização e a intensificação do trabalho coexistem com a busca por cooperação e solidariedade entre as equipes, o que reflete uma dupla dinâmica das relações laborais contemporâneas: de um lado, o enfraquecimento das condições objetivas; de outro, o fortalecimento dos laços humanos como forma de resistência.

Os resultados mostraram maior satisfação intrínseca no trabalho e com ambiente físico do que com relações hierárquicas estabelecidas com a gestão. Estudo realizado na APS também aponta que o sentido atribuído ao trabalho pelos profissionais aumenta a satisfação e a supervisão produz insatisfação, o ambiente de trabalho (temperatura e ventilação), diferente da presente pesquisa, acarreta insatisfação. Sobre o clima das equipes, observou-se maior média do fator participação na equipe em relação aos demais fatores, o que remete às interações entre os membros da equipe e à segurança em opinar e participar da tomada de decisão. A comunicação efetiva, frequente e informal constitui um elemento chave do trabalho em equipe (PEDUZZI et al., 2021, p. 7).

No artigo “Relações e condições de trabalho dos professores paulistas (1995-2018)” de Barbosa et al. (2020), há uma contribuição que visa compreender as relações entre as transformações socioeconômicas e as relações de trabalho no Brasil, especialmente ao analisar o magistério paulista, o estudo antecipa as tendências estruturais que marcam o período 2020–2025: precarização, flexibilização, intensificação e adoecimento dos trabalhadores. Essas transformações revelam que as mudanças econômicas e políticas do país não apenas alteraram as condições objetivas do trabalho, mas também redefiniram o sentido subjetivo do ser-trabalhador, impondo um modelo de produtividade e autocontrole que substitui o ideal de serviço público e compromisso social.

Ao analisar as relações e as condições de trabalho de professores da rede estadual paulista num extenso período (1995 a 2018), observou-se que os sucessivos governos não vêm cumprindo a legislação nacional referente à valorização docente pós-Constituição de 1988 e aprovação dos Planos Nacional e Estadual de Educação. Em que pese as especificidades e lacunas expostas no texto, pode-se dizer que o período caracteriza-se por uma política de desvalorização docente, que se expressou na permanência de grande número de professores contratados em caráter precário, nos critérios de movimentação na carreira que não favorecem os docentes a atingir o topo e receber melhor remuneração, no vencimento base abaixo do piso nacional (no caso do PEB I) desde 2016, no descumprimento stricto sensu da composição da jornada expressa na lei do PSPN, entre outros aspectos. De maneira geral, observou-se que os docentes estão trabalhando mais, tanto em sala de aula como fora dela, com menores

salários e em condições mais frágeis ante às complexas exigências de sua atuação profissional (BARBOSA et al., 2020, p. 19).

Mesquita, Pozzebon e Petrini (2020) em “Construindo espaços de interação social a partir de relações e práticas de trabalho compartilhado” abordam como as mudanças tecnológicas recentes transformaram as formas de organização e relação no trabalho. No texto mostra-se que a transição para modelos colaborativos e digitais é ambígua: enquanto promove autonomia e inovação, também reforça a precarização e a lógica neoliberal de autogestão. O trabalho compartilhado aparece, assim como expressão contemporânea das novas relações de trabalho (2020–2025), sendo flexíveis, desinstitucionalizadas e baseadas na performatividade individual, voltadas para discursos de empreendedorismo, colaboração e autossuficiência em um cenário de crescente incerteza social e econômica.

Este artigo buscou compreender as práticas e as relações entre grupos sociais em espaços de coworking e como elas contribuem para a constituição de espaços de interação social. Foram identificados três níveis de relação entre os grupos sociais formados dentro e no entorno do espaço de trabalho da Goma. Em cada nível de relação, são construídas práticas que os suportam: (1) relação Goma-Goma, agregando as práticas de autogestão, que tratam das atividades de suporte da casa, como infraestrutura, por exemplo. A (2) relação Goma-empresas, agregando as práticas de negócios cooperados, que dizem respeito às atividades centrais de cada empresa e da interação entre elas, e (3) relação Goma-comunidade, agregando as práticas comunitárias, relacionadas com os objetivos do grupo para a sociedade (MESQUITA, POZZEBON e PETRINI, 2020, p. 12-13).

Passos e Lupatini (2020) no texto “A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil” demonstram que a contrarreforma trabalhista foi instrumento político e jurídico da reestruturação neoliberal, que reorganizou o mercado de trabalho a partir da flexibilização, da desproteção social e da individualização das responsabilidades. Essas transformações, iniciadas antes de 2020, se intensificam e se consolidam no período 2020–2025, com o avanço da economia digital e o enfraquecimento do papel do Estado. O sujeito-trabalhador contemporâneo emerge desse processo como figura precarizada, descoletivizada e hiperadaptável, reflexo de um contexto socioeconômico em que o capital financeiro e a racionalidade neoliberal impõem novas formas de subordinação e insegurança.

A Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, corporificou a “reforma” trabalhista no Brasil, cujas finalidades principais consistiam na flexibilização das

relações entre empregado e empregador (modernização), na redução da taxa de desemprego (decorrentes de ganhos de produtividade e expansão da economia) e no combate ao “emprego informal” (permitido pela redução dos “custos do trabalho”). Pouco mais de um ano de vigência da “reforma” trabalhista, não houve redução significativa na taxa de desocupação e, ainda, contrário ao defendido no momento da “reforma”, houve um aumento do emprego com relações de trabalho informais no país. Desse modo, ao que se percebe, a nova legislação contribuiu tão somente para a precarização das relações de trabalho e a supressão dos direitos sociais, não atingindo os resultados anunciados. Além disso, após a “reforma”, constata-se a limitação na atuação da Justiça do Trabalho nas relações empregatícias, decorrência da prevalência do negociado sobre o legislado, das delimitações ao acesso gratuito ao Judiciário, das condenações em honorários advocatícios sucumbenciais, além do enfraquecimento sindical, que perdeu o seu poder de representatividade (PASSOS e LUPATINI, 2020, p. 2).

O artigo “Trajetória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos no sul do Brasil (1970-2016)” de Jung e Zanelatto (2020) mostra como, na região Sul de Santa Catarina, a transição da agricultura de subsistência para a agroindústria (avicultura integrada) implicou profundas mudanças socioeconômicas: consolidação de complexos agroindustriais, concentração de capital, imposição de padrões tecnológicos e estrutura de dependência dos “integrados” frente aos frigoríficos.

Apesar de mencionarmos o trabalho nos frigoríficos, falta-nos compreender melhor os seus trabalhadores, além da trajetória do sindicato que os representa. Nessa linha, várias atividades terceirizadas são realizadas em torno das plantas industriais, sendo o trabalho mais precário aquele realizado pelo trabalhador que recolhe os animais do frigorífico. A empreitada futura exige aprofundar a compreensão do trabalho contido nas mercadorias; para isso, categorias clássicas precisam ser problematizadas. A mais interessante é a demarcação entre capitalista e operário. Mesmo uma categoria intermediária entre as duas tem problemas na argumentação. Em outras palavras, os integrados não são operários no sentido clássico, e a condição de proprietário pouco os transforma em uma burguesia rural (JUNG e ZANELATTO, 2020, p. 11).

O estudo “Relações de trabalho e desigualdade de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste” de Bezerra, Corteletti e Araújo (2020) evidencia que a reestruturação produtiva está associada à precarização do trabalho feminino, especialmente na indústria de confecções, onde predominam contratos informais, baixos salários e jornadas extensas. As autoras destacam que essa feminização do trabalho precário reflete as mudanças socioeconômicas neoliberais que consolidaram o emprego flexível e a desproteção social como norma. Essa realidade, ainda presente e ampliada entre 2020 e 2025, ilustra como as

transformações econômicas reforçam desigualdades estruturais de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

A informalidade nas relações de trabalho, baseada nas relações familiares e de confiança, é uma característica marcante desde a origem do Polo até a atualidade. Além disso, as mulheres são as protagonistas no setor de confecções, mas, atualmente, há uma significativa presença dos homens em funções consideradas “femininas”, como costurar, lavar, passar ferro, situação que se apresenta como uma novidade no contexto estudado. A divisão sexual do trabalho tem uma centralidade em ambas as experiências, seja reforçando os lugares clássicos que homens e mulheres ocupam na produção e na reprodução, seja apresentando questões novas (BEZERRA, CORTELETTI e ARAÚJO, 2020, p. 2, p. 17).

A seguir, no quadro 5, as principais mudanças socioeconômicas identificadas na análise apresentada a partir dos artigos identificados na pesquisa bibliográfica são apresentados para permitir um olhar integrado do conjunto de dados identificados na pesquisa.

Quadro 5 – Síntese das relações entre mudanças socioeconômicas e as relações de trabalho (2020-2025):

Título do Artigo	Termo-Chave Principal	Principais Mudanças Socioeconômicas Identificadas
Regimes de visibilidade e poder das plataformas digitais nas relações de trabalho (Borges, 2025).	Trabalho digital / visibilidade algorítmica	Digitalização da economia, ascensão das plataformas digitais, controle algorítmico e economia da atenção.
Gig economy, capitalismo de vigilância e as relações de trabalho no Brasil (Lacerda et al., 2025).	Capitalismo de vigilância / trabalho sob plataformas	Expansão da gig economy, uso de dados e algoritmos para gestão do trabalho, perda de direitos e informalização.
Modos de sujeição profissional: relações de trabalho no campo da inovação (Sampaio & Leão, 2025).	Sujeição subjetiva / empreendedorismo de si	Transformação do trabalhador em autogestor, valorização da inovação e intensificação da competitividade.
Impacto das novas relações de trabalho na saúde mental (Machado et al., 2025).	Saúde mental e precarização	Pandemia, sobrecarga laboral, insegurança e aumento dos transtornos psicológicos ligados à intensificação do trabalho.
A fadiga no trabalho: uma análise histórica (Fernandes et al., 2025)	Fadiga / intensificação produtiva	Avanço tecnológico, ritmo acelerado de produção, cultura da produtividade e exaustão física e mental.
Relações de trabalho e políticas públicas para pessoas trans (Muniz et al., 2025)	Inclusão / desigualdade estrutural	Discriminação institucional, falta de políticas de empregabilidade, exclusão social e informalização do trabalho.
Gênero e relações de trabalho: por uma nova agenda de pesquisa (Irigaray & Stocker, 2024)	Gênero / diversidade	Avanço da agenda de inclusão, persistência de desigualdades salariais e culturais no contexto pós-pandemia.
Discriminação algorítmica nas	Algoritmização / vigilância	Expansão das tecnologias de

relações de trabalho (Santos & Graminho, 2024)	digital	dados, automação de decisões e novas formas de controle sobre o trabalhador.
A precarização jurídica das relações de trabalho na saúde durante a pandemia (Militão et al., 2023)	Precarização jurídica / vulnerabilidade institucional	Emergência sanitária, flexibilização de vínculos, sobrecarga dos profissionais e redução da proteção social.
Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco (Canever et al., 2023)	Gênero / divisão sexual do trabalho	Permanência de desigualdades de gênero no meio rural, mecanização e dependência das cadeias produtivas.
As intrincadas relações sistêmicas entre mercado de trabalho, relações de trabalho e gestão de RH em contexto pandêmico (Amorim et al., 2023)	Interdependência entre economia e trabalho	Crise econômica e sanitária, digitalização da gestão, novas formas de emprego híbrido e reorganização empresarial.
Estigmatização do HIV nas relações de trabalho (Campos et al., 2023)	Estigma / discriminação laboral	Crise sanitária, exclusão de grupos vulneráveis e fragilidade das políticas de saúde ocupacional.
O trabalho mediado por plataformas digitais e assimetrias comunicacionais (Rebechi & Baptistella, 2022)	Trabalho de plataforma / comunicação assimétrica	Crescimento da economia digital, dependência tecnológica, ausência de regulação e isolamento do trabalhador.
Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade (Camargo, 2021)	Proletarização profissional	Redução de investimentos públicos, intensificação das demandas sociais e precarização das condições de trabalho.
Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos (Júnior & Saltorato, 2021)	Gestão pública / relações interpessoais	Burocratização, escassez de recursos, sobrecarga e adoecimento, refletindo a austeridade fiscal.
Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde (Oliveira et al., 2021)	Gênero e saúde do trabalhador	Reestruturação neoliberal, desigualdades de gênero e impactos psicossociais nas condições de trabalho.
Deslocamento humano e reconhecimento social: refugiados e migrantes no Brasil (Faria et al., 2021)	Trabalho migrante / reconhecimento social	Crise migratória, informalização e exclusão de imigrantes, ausência de políticas de integração laboral.
“Capazes de trabalhar”: domínio, política e cultura nas relações de trabalho do Atlântico Sul (Alfagali, 2021)	Herança colonial / dominação social	Permanência de estruturas históricas de exploração e hierarquias raciais que influenciam o trabalho atual.
Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19 (Oliveira & Ribeiro, 2021)	Saúde do trabalhador / pandemia	Pandemia como divisor de águas: teletrabalho, flexibilização, intensificação e fragilidade da proteção social.
Relações entre clima de equipe e satisfação no trabalho na Estratégia Saúde da Família (Peduzzi et al., 2021)	Clima organizacional / trabalho coletivo	Crise sanitária, subfinanciamento do SUS e sobrecarga laboral, mostrando impacto das políticas de austeridade.
Relações e condições de trabalho dos professores paulistas (Barbosa et al., 2020)	Precarização docente / gestão neoliberal	Reformas educacionais e políticas de austeridade, intensificação do trabalho e adoecimento profissional.

Construindo espaços de interação social a partir de práticas de trabalho compartilhado (Mesquita et al., 2020)	Trabalho colaborativo / coworking	Avanço da economia digital, cultura empreendedora e substituição do emprego formal por arranjos flexíveis.
A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil (Passos & Lupatini, 2020)	Flexibilização / desregulamentação	Reforma trabalhista e neoliberalismo, desmonte das proteções, aumento da informalidade e individualização.
Trajetória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos (Jung & Zanelatto, 2020)	Integração produtiva / dependência econômica	Concentração do capital agroindustrial, transferência de riscos e falsa autonomia do trabalhador rural.
Relações de trabalho e desigualdade de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste (Bezerra et al., 2020)	Feminização da precarização / desigualdade regional	Globalização produtiva, reestruturação industrial, informalidade e persistência das desigualdades de gênero.

Fonte: Autoria Própria.

Portanto, no quadro-síntese percebe-se que entre 2020 e 2025, o sujeito-trabalhador brasileiro é representado como alguém que passou a atuar em um cenário marcado pela digitalização, pela precarização e pelo aumento das desigualdades, confirmando os processos já discutidos no referencial teórico deste trabalho.

Além disso, a intensificação do trabalho por plataformas, o controle algorítmico e o autogerenciamento, os quais são evidenciados nos estudos *sobre gig economy*, trabalho digital e empreendedorismo de si, correspondem ao que autores como Motta e Vasconcelos (2006) e Zucchetti (2005) apontam como transformações na identidade e no sentido do trabalho. Ademais, o aumento expressivo do adoecimento físico e emocional, intensificado pela pandemia e pela sobrecarga de trabalho, dialoga diretamente com Oliveira (2019) e Wells (2023), evidenciando que o sofrimento psíquico se tornou um componente estrutural do trabalho no período recente.

Diante disso, a fragilização dos direitos, a informalização e o aumento da vulnerabilidade social reforçam o que Campos (2015), Luz (2010) e Mattoso (1998) descrevem como efeitos da reestruturação produtiva e da oscilação da regulação trabalhista. Os grupos mais vulneráveis como mulheres, migrantes, pessoas trans e trabalhadores rurais permanecem em posição desigual, revelando a permanência das desigualdades estruturais mencionadas por Costa (2005) e Haffner (2020). Por fim, o período pós-pandemia intensificou a sobrecarga, o adoecimento e a

instabilidade laboral, confirmando que o trabalhador contemporâneo é caracterizado pela flexibilidade forçada, pela insegurança e pela necessidade constante de adaptação. Assim sendo, a precarização atual não surge em 2020, pode compreender que neste período há uma reconfiguração das tensões históricas entre capital, Estado e trabalho já identificadas pelos autores citados no referencial teórico, demonstrando a intensificação de condições precarizadas de trabalho.

4.3 CARACTERÍSTICAS DO SUJEITO TRABALHADOR BRASILEIRO NO PERÍODO 2020-2025

Nesse tópico realizado é apresentada uma análise do conteúdo com o foco voltado para o perfil, a identidade, o comportamento e as condições do sujeito-trabalhador contemporâneo, articulando com o referencial teórico abordado no capítulo 2 trazendo autores tais como: Albornoz (1992), Motta & Vasconcelos (2006), Mattoso (1998), entre outros, e os relacionando com os achados empíricos dos artigos recentes (2020–2025) que foram analisados nessa pesquisa.

O conceito de trabalho como atividade dotada de sentido, central à vida humana e mediadora entre o homem e o mundo (ALBORNOS, 1992), ganha novas expressões no contexto contemporâneo. O trabalhador brasileiro entre 2020 e 2025 vivencia a transição do trabalho material para o trabalho imaterial e digitalizado, em que a produtividade depende da performance simbólica, da exposição e da conexão contínua, como demonstram Borges (2025) e Lacerda, Prevot e Moura (2025).

Assim, a noção de trabalho como “transformação da matéria em cultura” (ALBORNOS, 1992, p. 8) expande-se para abarcar o trabalho comunicativo e relacional, em que o sujeito produz valor ao mesmo tempo em que se produz como marca e identidade. Conforme análise de Motta e Vasconcelos (2006), o trabalho é também espaço de construção de identidade e nos estudos recentes, essa dimensão se manifesta na crescente individualização das trajetórias e autoempreendedorismo forçado, que redefine o sujeito-trabalhador como agente de si mesmo (Sampaio & Leão, 2025; Rebechi & Baptistella, 2022). Entretanto, esse processo vem acompanhado de maior vulnerabilidade, exaustão e adoecimento, revelando que a promessa de autonomia se converte em nova forma de subordinação subjetiva (Machado et al., 2025; Fernandes et al., 2025).

Da mesma forma que Zucchetti (2005) aponta a multiplicidade de significados atribuídos ao trabalho, o período recente evidencia a coexistência de sentidos contraditórios: o trabalho aparece simultaneamente como fonte de realização e de sofrimento, de pertencimento e de isolamento. A pandemia de COVID-19 intensificou essa ambiguidade, pois o trabalho remoto e digital aumentou a presença do labor na vida privada, dissolvendo as fronteiras entre tempo livre e tempo produtivo (Oliveira & Ribeiro, 2021). Assim, o sujeito-trabalhador contemporâneo incorpora características de resiliência, autogerenciamento e flexibilidade, mas também de solidão e insegurança, expressando uma nova etapa do processo histórico que Albornoz e Zucchetti descrevem: o trabalho como castigo e como valor moral, reconfigurado em tempos de hiperconectividade e capitalismo de vigilância (Lacerda et al., 2025).

A evolução histórica das relações de trabalho no Brasil, marcada pela regulação estatal e pela consolidação da CLT, conformou um sujeito-trabalhador tutelado pelo Estado e protegido por direitos sociais (BEZERRA, 2019; ZANELATTO, 2023). Contudo, nas últimas décadas e especialmente entre 2020 e 2025, observa-se a transição para um modelo de subjetividade laboral voltado à autogestão, em que o indivíduo assume o risco da empregabilidade e se torna responsável por sua inserção no mercado (PASSOS & LUPATINI, 2020). Essa transformação confirma a leitura de Campos (2015), segundo a qual as relações laborais são historicamente marcadas por oscilações entre fortalecimento e fragilização da regulação pública. O trabalhador pós-2017, imerso em um ambiente de reformas neoliberais e digitalização, assume a posição de sujeito flexível e híbrido.

Nos setores produtivos e de serviços, como mostram Bezerra, Corteletti e Araújo (2020) e Canevar, Salvaro e Estevam (2023), o sujeito-trabalhador brasileiro é caracterizado por assimetria de gênero e classe, sendo as mulheres e os trabalhadores periféricos os mais atingidos pela informalidade e pela desproteção social. A feminização da precarização expressa a permanência de desigualdades estruturais e a persistência de um sistema produtivo dependente (MATTOSO, 1998). Além disso, a expansão da economia de plataformas descrita por Borges (2025) e Rebechi & Baptistella (2022) reforça a criação de um novo tipo de subordinação: algorítmica e invisível, que redefine o poder nas relações de trabalho. Assim, o sujeito-trabalhador contemporâneo é simultaneamente autônomo na aparência e

subordinado nas práticas, condição que desafia os instrumentos clássicos de regulação laboral e de representação sindical (Luz, 2010; Santos & Graminho, 2024).

No serviço público e nas áreas de cuidado, observa-se o aprofundamento da lógica gerencialista, que transforma o sentido do trabalho em desempenho e meta (BARBOSA et al., 2020; JÚNIOR & SALTORATO, 2021). Esse modelo reforça a percepção de que o sujeito-trabalhador do século XXI é avaliado mais por sua capacidade de adaptação e produtividade emocional do que por sua estabilidade profissional. Em convergência com a leitura de Martins (2018), a promessa de igualdade substancial é substituída por uma meritocracia competitiva, que naturaliza a desigualdade e desloca o foco da proteção coletiva para a responsabilização individual.

O contexto socioeconômico de 1988 a 2025 é fundamental para compreender as características do sujeito-trabalhador atual. A reestruturação produtiva e a globalização descritas por Costa (2005) e Haffner (2020) inseriram o Brasil nas cadeias globais de valor sob posição subordinada, produzindo um mercado de trabalho desindustrializado e fragmentado, que exige do trabalhador mobilidade e multifuncionalidade. Nos estudos recentes, essa transformação se manifesta na emergência de ocupações temporárias, no crescimento do trabalho por demanda e na informalidade digital (Lacerda et al., 2025; Mesquita et al., 2020). Assim, o trabalhador brasileiro do período 2020–2025 é fruto de um ambiente de instabilidade estrutural, no qual a adaptabilidade se torna virtude e a precariedade, condição normalizada.

Conforme Beliero (2016) e Wells (2023), o Estado pós-1988, limitado por políticas de austeridade e por crises fiscais, não consegue mais sustentar plenamente a promessa de bem-estar social. A consequência é o surgimento de um sujeito-trabalhador exposto à insegurança econômica, compelido a aceitar múltiplos vínculos e jornadas ampliadas, o que os estudos sobre saúde e trabalho identificam como fadiga estrutural (Fernandes et al., 2025) e adoecimento psíquico (Machado et al., 2025). A pandemia de COVID-19 intensificou esse quadro, revelando que o trabalhador brasileiro é, ao mesmo tempo, essencial e descartável, estando exposto a riscos e responsável por sua própria proteção (Militão et al., 2023; Oliveira & Ribeiro, 2021).

Nesse cenário, a consolidação das plataformas digitais e a vigilância algorítmica consolidam novas hierarquias e formas de controle (Santos & Graminho, 2024). O sujeito-trabalhador do período 2020–2025 emerge, portanto, como híbrido: tecnologicamente mediado, individualizado e emocionalmente exaurido, vivendo sob constante necessidade de atualização e visibilidade. Ele é produto direto das transformações estruturais que, desde 1988, reduziram o papel protetor do Estado e ampliaram o poder disciplinar do mercado, confirmando as previsões de Campos (2015) sobre a fragilidade da regulação pública do trabalho em períodos de liberalização econômica.

Com base na discussão de Motta e Vasconcelos (2006), o sujeito-trabalhador se forma pela socialização no ambiente de trabalho. No contexto contemporâneo, essa socialização ocorre em espaços de hiperconexão e competição, marcados pela instabilidade e pelo medo do desemprego. Os artigos de Sampaio & Leão (2025) e Mesquita et al. (2020) mostram que o trabalhador atual é compelido a investir em si mesmo como capital humano, administrando suas emoções, imagem e rede de contatos, o que reflete a passagem do sujeito-coletivo, associado ao sindicalismo e à solidariedade, para o sujeito-empREENDEDOR, isolado e autorresponsável. Assim, o sujeito-trabalhador brasileiro entre 2020 e 2025 seria um sujeito performativo, flexível e vigilante, características que derivam tanto da cultura neoliberal quanto da precarização estrutural.

A análise de Camargo (2021) sobre a proletarianização do assistente social e de Barbosa et al. (2020) sobre a intensificação do trabalho docente mostram que, mesmo em profissões qualificadas, há perda de autonomia e enfraquecimento do vínculo identitário. Essa tendência confirma a leitura de Massi (2006) sobre o pós-industrial: o predomínio do trabalho intelectual e de serviços não elimina a alienação, mas a transforma em subjetividade produtiva, em que a mente e o afeto tornam-se recursos exploráveis. Ao mesmo tempo, estudos sobre desigualdades (Muniz et al., 2025; Faria et al., 2021; Campos et al., 2023) demonstram que o sujeito-trabalhador contemporâneo é atravessado por marcadores de gênero, sexualidade e raça, vivenciando exclusões e discriminações que evidenciam que o ideal de universalidade do trabalho ainda é ilusório.

Desse modo, em Luz (2010) e a partir da Constituição de 1988 e das leis específicas que tratam do trabalho, o direito ao trabalho digno precisa ser reinterpretado para incluir as novas formas de trabalho e os novos sujeitos. A

pluralidade contemporânea que abarca motoristas de aplicativo, influenciadores, professores precarizados e migrantes, revela que o sujeito-trabalhador brasileiro de 2020 a 2025 é fragmentado, resiliente e multifacetado, vivendo entre a promessa de autonomia e a realidade da instabilidade. Essa figura simboliza o ponto de convergência entre as mutações socioeconômicas e a construção histórica do trabalho no Brasil: um sujeito que carrega a herança da regulação estatal, mas vive sob as lógicas desiguais e desumanizantes do capitalismo digital.

Figura 2 - Nuvem de palavras mais recorrentes nos artigos pesquisados.



Fonte: Autoria Própria, 2025.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o problema de pesquisa proposto para esse trabalho e com os objetivos do mesmo, um dos pontos principais que auxiliam na compreensão da evolução das relações de trabalho no Brasil no período analisado de 2020 a 2025 é a articulação entre as mudanças socioeconômicas recentes e as transformações na condição do sujeito-trabalhador, tal como evidenciada pela produção bibliográfica do período.

A revisão sistemática dos estudos publicados entre 2020 e 2025 permite identificar, conforme o primeiro objetivo específico, um conjunto de análises que retratam a intensificação da precarização, a expansão do trabalho mediado por plataformas e a redefinição dos vínculos profissionais. Essas mudanças, associadas às mutações no cenário econômico: crise sanitária, retração do Estado, digitalização acelerada e desindustrialização, respondem ao segundo objetivo específico ao evidenciar como os novos arranjos produtivos moldam a organização social do trabalho.

Além disso, a literatura e as análises realizadas nessa pesquisa permitem compreender uma trajetória que aponta para relações de trabalho mais frágeis, e que implicam maior necessidade de flexibilidade pelos trabalhadores. Como vimos nas análises dos resultados, os autores Rebechi e Baptistella (2022) destacam que durante o período da pandemia os empregados tiveram que assumir, de modo inesperado, o caráter remoto de sua atividade de trabalho, experimentando obrigatoriamente as dificuldades do chamado trabalho *home office*, isto é, tiveram que se adaptar a uma nova realidade/ambiente laboral.

Diante disso, os termos-chave identificados no quadro-síntese como precarização, capitalismo, empreendedorismo de si, trabalho digital, saúde mental, proletarização, fadiga, desigualdade de gênero, vulnerabilidade jurídica, fragilidade da proteção social, etc., dialogam diretamente com o referencial teórico, especialmente com as reflexões de Costa (2005), Albornoz (1992), Zucchetti (2005) e Martins (2018) sobre a centralidade do trabalho na vida humana e os limites impostos pelas estruturas socioeconômicas e pela legislação trabalhista.

De acordo com Passos e Lupatini (2020), a Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017 que se refere a “reforma” trabalhista no Brasil com pouco mais de um ano de vigência não apresentou redução significativa na taxa de desocupação, havendo um

aumento do emprego com relações de trabalho informais no país, o que não está de acordo com o que foi projetado para o contexto pós reforma trabalhista. Desse modo, segundo os autores a nova legislação contribuiu somente para a precarização das relações de trabalho e a supressão dos direitos sociais, não atingindo os resultados previamente anunciados, sendo esse um exemplo da presente fragilização das relações de trabalho no Brasil, o que enfatiza que o trabalhador contemporâneo acaba tendo que se adaptar às exigências de um capitalismo cada vez mais digital e flexível.

Como apontam Fernandes, Sampaio e Lima (2025), a fadiga no ambiente de trabalho deixou de ser apenas uma resposta física ao esforço intenso e passou a englobar dimensões psicológicas e emocionais, revelando os efeitos cumulativos da sobrecarga produtiva, da instabilidade profissional e da pressão constante por desempenho. Nesse sentido, a partir dos artigos analisados podemos perceber que o sujeito-trabalhador contemporâneo está exposto a condições laborais que ultrapassam os limites corporais e afetam diretamente sua saúde mental, tornando a fadiga um símbolo das novas vulnerabilidades do trabalho na sociedade atual.

Portanto, ao longo das análises apresentadas é possível compreender como as interfaces entre economia, tecnologia, políticas públicas e relações de poder configuram um novo “ser-sujeito trabalhador”, marcado pela autogestão, insegurança, alta exigência de performance e crescente responsabilização individual.

A síntese desses achados permite delinear o perfil contemporâneo do trabalhador brasileiro no campo da Administração: um sujeito atravessado pela lógica neoliberal, submetido à vigilância algorítmica, atuando em ambientes híbridos e flexíveis, enfrentando desigualdades persistentes e vivenciando formas ampliadas de precarização material e subjetiva. Nesse sentido, a literatura analisada demonstra que compreender a evolução das relações de trabalho entre 2020 e 2025 implica compreender, simultaneamente, a transformação estrutural do próprio trabalhador enquanto agente social e econômico.

No que se refere a limitações é possível perceber que por tratar-se de um recorte temporal recente (2020–2025), muitos efeitos das transformações socioeconômicas e tecnológicas ainda estão em curso, dificultando conclusões definitivas sobre o impacto de médio e longo prazo nas relações de trabalho. A própria natureza bibliográfica da pesquisa também restringe o alcance das análises,

pois depende exclusivamente do que foi publicado no período. Além disso, a literatura disponível concentra-se em setores específicos e majoritariamente em abordagens qualitativas, o que limita a generalização dos 25 artigos encontrados/analísados para todo o mercado de trabalho brasileiro. Essas restrições indicam a necessidade de pesquisas futuras que ampliem o escopo empírico, incorporem dados quantitativos e aprofundem desigualdades regionais, raciais e de gênero que atravessam o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marilande Martins. Reflexões sobre a ancestralidade africana do Tambor de Mina do Maranhão: interlocuções e relações decorrentes do trabalho de campo. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 231–252, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/r4QX3qfZ74B7wMRBMxWMKJJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 7 out. 2025.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é o trabalho**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. Disponível em: <https://brito964.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/o-que-c3a9-trabalho-suzana-alborno.pdf>

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. “Capazes de trabalhar”: domínio, política e cultura nas relações de trabalho do Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 22, n. 47, p. 387–407, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/QjrZTPQ9r6BmHMwwCKWRJZK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2025.

AMORIM, Wilson Aparecido Costa de; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; SARSUR, Amyra Moyzes; *et al.* AS INTRINCADAS RELAÇÕES SISTÊMICAS ENTRE MERCADO DE TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CONTEXTO PANDÊMICO. **Revista de Administração de Empresas**, v. 63, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/TtgH45yFB9zdWGrkRWwv9jS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 7 out. 2025.

BARBOSA, Vanessa Fonseca. Relações dialógicas e discurso bivocal na atividade de trabalho do revisor em teses acadêmicas: tensões e(m) sentidos. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 16, n. 2, p. 178–199, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bak/a/55Zvh8LmrXg8JXDN5csTPfn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2025.

BARBOSA, Andreza; JACOMINI, Márcia Aparecida; FERNANDES, Maria José da Silva; *et al.* Relações e condições de trabalho dos professores paulistas (1995-2018). **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 790–812, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/LrLTtnysmdVzmQxFvs4LLd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2025.

BELIERO JUNIOR, J. C. M. Economia e política da transição democrática no Brasil: uma análise dos governos FHC, Lula e Dilma. **Norus – Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 5, p. 198-213, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/9037>

BEZERRA, Elaine; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. Relações de trabalho e desigualdade de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste. **Caderno CRH**, v. 33, p. 020030, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/DV7yPJZn8QgZXcKYPtTk8jh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2025.

BEZERRA, O. L.; GOMES, G. A. O. Notas sobre a história do trabalho no Brasil: a consagração em fatos, valores e músicas. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 31, n. 58, p. 223-236, 2019.
Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/37401>

BIAVASCHI, M. B.. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 75–87, maio 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/LhmD6NCGyQZ56RrkSZcq7pK/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 10 de Junho de 2025.

BORGES, Caio Afonso. Regimes de visibilidade e poder das plataformas digitais nas relações de trabalho: uma análise a partir do trabalho imaterial de influenciadores digitais. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1–31, 2025.
Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rdp/a/V7KgCD34D456kxWFX3MsCzL/?format=pdf&lang=pt>>
. Acesso em: 5 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988.
Acesso em: 19 de Abril de 2025.

CAMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho de A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 488–507, 2021. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jg4F8Xsmf8m3nFhFwFW493n/?format=pdf&lang=pt>>
.

CAMPOS, A. G. **Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em:
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3513/1/td_2024.pdf. Acesso em: 08 de Junho de 2025.

CAMPOS, Douglas Moraes; SILVA, Thaís Rodrigues de Sousa ; FREITAS, Adriana Crispim de. Estigmatização do HIV nas relações de trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil: barreiras, perdas e silêncio. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 48, 2023. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbso/a/x9pZKnz6HWwMdDvwZCfJg7t/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 7 out. 2025.

CANEVER, Daniela Tezza; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto ; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Relações de trabalho e de gênero na produção de tabaco em um município de Santa Catarina. **Interações (Campo Grande)**, 2023. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/inter/a/XwWMvrj39vbf5W9WYjWwfj/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 5 out. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Roney Polato de ; FERRARI, Anderson. Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidades? **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4ks4hX5VRxJkbTxzT66WgsD/?format=pdf&lang=pt>>
. Acesso em: 12 out. 2025.

COSTA, M. DAS. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 111–131, out. 2005.

FARIA, José Henrique de; RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; BRÜNING, Camila. Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. 2, p. 278–291, 2021. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/DsGRfHWBxBkNjjnDLqNKh7j/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2025.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1994.
FERNANDES, Helder Matheus Alves; SAMPAIO, José Jackson Coelho ; LIMA, Zilda Maria Menezes. A fadiga no trabalho: uma análise histórica das relações de trabalho. **Saúde em Debate**, v. 49, n. spe2, 2025. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Gv6qwTrhqGRHBdCBT6CPhgR/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 7 out. 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 02 de Junho de 2025.

GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014 . Disponível em
<http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 de Junho de 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível
em:https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 17 de Maio de 2025.

GUIMARÃES, Ulysses. **Discurso na promulgação da Constituição Federal de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>.

HAFFNER, J. A.; BARBOSA, M. J. Mudanças Estruturais da Economia Brasileira. O fator China como impulsionador da desindustrialização nacional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 3, p. 134-156, dez./2020. Disponível

em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217949/001121137-02.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 11 de Junho de 2025.

IRIGARAY, HÉLIO ARTHUR REIS ; STOCKER, FABRICIO. Gênero e relações de trabalho: por uma nova agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 2, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/n4vrKJLTSZKDqfvgBs5ZqLp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2025.

JUNG, Gilvani Mazzucco; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos no sul do Brasil (1970-2016). **Interações (Campo Grande)**, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/6xY3xdhsZSy5ztnK3kmpxzv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2025.

JUNIOR, Geraldo Tessarini; SALTORATO, Patricia. Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. spe, p. 811–823, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/bHB64vzytTTwHzcX6jKQbcQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 7 out. 2025.

LACERDA, Vanessa; PREVOT, Rejane ; MOURA, Renan. Gig economy, capitalismo de vigilância e as relações de trabalho no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 27, n. 64, 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/3FdsXgncmRTQQ5vrrhZLH5H/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2025.

LUZ, A. F. DA .; SANTIN, J. R.. As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930. **História (São Paulo)**, v. 29, n. 2, p. 268–278, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/LXDGpSzFJkdChnYwq8bdkkL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de Junho de 2025.

MACHADO, Brenda Feitosa Lopes; FERNANDES, Danielle Victor; NASCIMENTO, Nathalia Dantas Claudino do; *et al.* Impacto das novas relações de trabalho na saúde mental na Paraíba: análise das notificações. **Saúde em Debate**, v. 49, n. spe2, 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/cxM4wHbSvcrTMFzMt5sMwqJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 7 out. 2025.

MASSON, Bernardo Paim Cunha; BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana Bettega. Reforma trabalhista: o caso dos Correios e o fim da ultratividade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300202500010005>.

MARIANO, Jefferson. **Introdução à economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTINS, Thiago Penido; BERNARDES BRAZ, Virgínia Lara. As transformações nas relações de trabalho, a reforma trabalhista e a proibição ao retrocesso social. **Direito e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 95–117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/675>. Acesso em: 08 de Junho de 2025.

MASSI, Domenico de. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 10, p. 213-43, jun. 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/478/09_Mattoso.pdf. Acesso em: 10 de Junho de 2025.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 480 p.

MESQUITA, Luiza A. F.; POZZEBON, Marlei ; PETRINI, Maira. Construindo espaços de interação social a partir de relações e práticas de trabalho compartilhado. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 181–196, 2020. Acesso em: 12 out. 2025.

MILITÃO, João Batista dos Santos; MAIOR, Jorge Luiz Souto; SILVA, Luís Fernando; *et al.* A precarização jurídica das relações de trabalho como fator de sofrimento das(os) trabalhadoras(es) no setor da saúde durante a pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 10, p. 2797–2807, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qnb9ngpMj7GBpnR9ZsHnHyj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2025.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, c2006. xix, 427 p. ISBN 852210381X.

MUNIZ, Maria Luísa Corrêa; NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni; ANDRADE, Mayara Evangelista de; *et al.* Relações de trabalho e a construção de políticas públicas para acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho. **Saúde em Debate**, v. 49, n. spe2, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FTymZWgYyHcNhpQ5px68yJm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, Simone Santos; NEVES, Mary Yale; BRITO, Jussara; *et al.* Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde: contribuições de Helena Hirata. **Saúde em Debate**, v. 45, n. spe1, p. 137–153, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NNz76QD3cQDm4tGJCpBVSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, Graziella Lage ; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19. **Cadernos de**

Saúde Pública, v. 37, n. 3, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/WrR7hGgrFKb7p4GGgvcRYBG/?format=pdf&lang=pt>>
. Acesso em: 12 out. 2025.

OLIVEIRA, C. F.; SANTOS, C. P.; SANTOS, P. V. F. A precarização do trabalho e da qualidade de vida do trabalhador paulistano na redemocratização. **Espaço e Economia [Online]**, ano VIII, n. 15, p. 1-18, 2019.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/7377>

PASSOS, Saionara da Silva ; LUPATINI, Márcio. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 23, n. 1, p. 132–142, 2020. Acesso em: 12 out. 2025.

PEDUZZI, Marina; AGRELI, Heloise Lima Fernandes; ESPINOZA, Pilar; *et al.* Relações entre clima de equipe e satisfação no trabalho na Estratégia Saúde da Família. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 117, 2021. Acesso em: 12 out. 2025.

PEREIRA, Adriana Soares et. al. Metodologia da pesquisa científica. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

REBECHI, Claudia Nociolini ; BAPTISTELLA, Camilla Voigt. O trabalho mediado por plataformas digitais e assimetrias nas relações de comunicação. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 1, p. 83–92, 2022.

REIS, Alcenir Soares dos; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa**. n/d. Disponível em:

<https://docs.ufpr.br/~adilar/METODOLOGIA%202019/Guia%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 19 de Maio de 2025.

ROSA, Wesley Thiago Silva da. **A Precarização nas Relações de Trabalho: uma análise histórica-organizacional a partir da informalidade no Brasil**. 2023. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Administração, Instituto Federal Farroupilha, Frederico Westphalen, 2023.

SALVAGNI, Julice; VERONESE, Marília Veríssimo; FIGARO, Roseli. Plataformas digitais: o retrato contemporâneo da exploração no trabalho e os desafios à saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.50, 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbso/a/65yzBsfT8ZRkLYVJZvPD7xG/?lang=pt>>. Acesso em: 31 de Março de 2025.

SAMPAIO, ANA CAROLINA ASSIS ; LEÃO, ANDRÉ LUIZ MARANHÃO DE SOUZA. Modos de sujeição profissional: uma análise sobre as relações de trabalho no campo da inovação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 23, n. 1, 2025. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/GfyNZqDKgwndsH8nvQx4ssb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTOS, Rodrigo Coimbra; GRAMINHO, Vivian Maria Caxambu. Discriminação algorítmica nas relações de trabalho e princípios da Lei Geral De Proteção De Dados. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 45, n. 96, p. 1–31, 2024.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/seq/a/9FGhvr75HYSdGMRfKnJ9FZd/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 5 out. 2025.

SERRA, JOSÉ. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra: a crise recente. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 2, n. 3, p. 382–404, 1982. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rep/a/9fQ7dtDZdCZCTL3DLcHPdyf/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 11 de Junho de 2025.

TOMIZAKI, Kimi. Bourdieu e as relações de trabalho: tecendo fios de um encontro profícuo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 108, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em:

<https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>. Acesso em: 18 de Maio de 2025.

WELLS, Robin; KRUGMAN, Paul. **Introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

ZANELATTO, João Henrique; BERETTA, Tatiane; SOUZA, Alexandra Serafim de; CARDOSO, Michele Gonçalves. Trabalhadores e Legislação Trabalhista na Segunda República: Um Comparativo das Constituições de 1934 e 1937. **Revista NIPEAS: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais**, Brasil, v. 1, p. e13498, 2023. DOI: [10.36661/2965-4009.2023v1.13498](https://doi.org/10.36661/2965-4009.2023v1.13498).

Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/nipeas/article/view/13498>.

Acesso em: 19 de Abril de 2025.

ZUCCHETTI, Dinora T. O trabalho como conceito, valor e formação. **Revista Práxis**, vol. 1, p. 9-14, 2005. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/5255/525552612001.pdf>

30 anos da Constituinte. **Camara.leg.br**. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/>>. Acesso em: 19 de Abril de 2025.